



Ata da assembleia municipal de Tondela de vinte e um de setembro de dois mil e quinze

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze reuniu a Assembleia Municipal de Tondela no auditório municipal, em sessão ordinária, com a ordem de trabalhos publicitada.

Faltaram à sessão os senhores deputados: Carlos Viegas, Jorge Rodrigues, Alfredo Cabral, Sandra Coimbra, Diamantino Costa, Fernando Figueiredo, João Paulo Tavares.

Os deputados justificaram as faltas, que foram aceites pelo presidente da mesa e consideradas relevadas.

Verificando-se a falta do segundo secretário foi chamado o deputado Carlos Manuel Martins da Silva para ocupar o lugar, dando-se início à sessão.

1-Período de antes da Ordem do Dia:

1.1.Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 8 de junho

Iniciado o ponto, o senhor presidente da câmara solicitou que as atas a aprovar fossem aprovadas em minuta para produzir efeitos imediatos. Não tendo havido intervenções, foi colocada à votação a ata de 8 de junho, que foi aprovada por unanimidade.

1.2. Discussão e votação da ata da sessão extraordinária de 29 de junho

O deputado Joaquim Santos interveio para referir que na ata da sessão extraordinária de 29 de junho, na página 36 linha 4 não quis dizer “dissecação” mas sim “deceção”, não havendo mais intervenções foi colocada à votação a ata da reunião extraordinária de 29 de junho, tendo sido aprovada por maioria com a abstenção dos deputados: Marta Franco

1.3.Leitura de expediente geral pela mesa da Assembleia, ao abrigo do número 1 alínea a) do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela



Clear
BJ
SP

Foi presente ofício do Agrupamento de Centros de Saúde de Dão Lafões a informar que o conselho da comunidade não tinha até ao momento reunido. Proposta do MUAP sobre o regulamento da água em discussão na Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão. Posição do BE às eleições legislativas de 2015, Circulo de Viseu sobre a privatização da água.

1.4.Exposição oral pelos Membros da Assembleia, ao abrigo do número 2 do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Dando início ao ponto, com a intervenção da bancada do grupo parlamentar do CDS, com a intervenção do deputado António Dinis:

“Senhor presidente da assembleia, restantes membros, senhor presidente da câmara, senhores vereadores, público em geral.

Começaria por felicitar o município pela organização da FICTON. É um evento que nos projeta não só no concelho, mas em geral. Se no ano anterior não gostei, este ano teve dignidade. Só gostaria que tivesse sido o senhor Secretário de Estado da Administração Local a presidir à abertura. Assim não foi, veio uma pessoa de Mangualde. Tinha preferido que fosse uma pessoa de Tondela, tanto mais que pela primeira vez Tondela tem na sua lista de candidatos às legislativas, pela coligação Portugal à Frente, dois candidatos do concelho. É um regozijo para todos nós, para os Tondelenses e em particular para a coligação. Quero felicitar a secção de Tondela pelo seu envolvimento neste processo e felicitar em particular o António Leitão que tem todo o mérito por estar neste lugar. O CDS, na medida do possível, deu o seu contributo, o terceiro candidato do CDS é de Tondela. Estão lançadas as bases para em conjunto fazermos uma boa campanha. Obviamente, no distrito de Viseu, as questões não são tão relevantes, porque dá seis /três em termos de número de deputados. O normal é que ficassem quatro. Não vale a pena, se calhar, preocupar-nos muito com isso. De qualquer forma, acho que é importante transmitir a mensagem daquilo que a coligação Portugal à Frente quer para o distrito. Queria, aqui, dar nota da minha satisfação por ver o António Leitão Amaro como cabeça de lista.



Finalmente, outro assunto de âmbito geral, que tem a ver com a situação dos refugiados. Evidente que é um problema que está um pouco afastado de nós, não o vivemos no dia-a-dia, mas é um problema que afeta a Europa e aqueles países que estão a receber mais refugiados. Acho que Portugal deve dar o seu contributo neste problema, que é global. Estamos um pouco afastados geograficamente do fulcro onde ocorre com dimensão o problema, nomeadamente os países de entrada, Itália, Grécia e todos os outros países subjacentes que tem fronteiras com estes países. Portugal deverá estar preparado para receber pessoas que fogem da guerra e do desespero. Cumpre-nos a todos e queria, aqui, deixar um apelo ao município que se associassem para poder receber, na medida do possível, e à escala de que conseguirmos, alguns refugiados no nosso concelho. Acho que é importante. Deve ser o município a liderar este processo e acho que deixava este desafio para que nos associássemos todos coletivamente a um problema que é de humanidade. Acho que temos obrigação moral e humana de estarmos atentos a esta situação.

Seguidamente, foi a vez da bancada da CDU, com a intervenção do deputado Manuel Veiga. (anexo 1)

De seguida, foi dada a palavra à bancada do PSD, iniciando o deputado António Ferreira. (anexo 2)

Continuou, o deputado Abílio Rodrigues, (anexo 3), de seguida referiu:

“Concordo e subscrevo as palavras que foram aqui ditas pelos deputados António Dinis e Manuel Veiga, acerca do problema dos refugiados. Estou 100% de acordo com o que disseram, mas há uma coisa que temos de ver, há situações em Portugal e com certeza no concelho de Tondela, de pessoas que ainda vivem em péssimas condições e sem recursos financeiros. Existe um caso e chamo-o aqui, porque não sei se o problema já foi resolvido, do conhecido “Zé da Burra” que é de Tonda, que vive sem luz e em condições de pobreza elevadíssima. Pedia que no âmbito do Portugal 2020, que está muito dirigido para os problemas sociais, que estes pequenos casos de pobreza, de pessoas que ainda vivem em condições precárias sejam vistas da mesma forma como estamos a ver o problema dos refugiados.”

De seguida, a deputada Vera Machado interveio. (anexo 4)



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 21 de setembro de 2015

O deputado José Manuel Mendes continuou:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, senhores membros da assembleia. Boa tarde a todos.

Em primeiro, queria deixar um agradecimento e reconhecimento, como tem acontecido ao longo destes anos, pelo convite que foi feito pela União de Freguesias Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fraguas, aquando da realização da sua feira e festa.

Agradecer a presença de todos na FICTON. A exemplo de anos anteriores, o senhor presidente da câmara soube responder da melhor forma, tendo em conta a presença dos expositores.

Não podemos deixar de referir a abertura do Mercado Municipal. Acho que é um benefício para todos os tondelenses e comerciantes.

Não poderia deixar de vir, aqui, manifestar o meu orgulho pela inauguração da “casa mortuária”, local que vai funcionar para todas as religiões e outros eventos, acabando deste modo com este ponto negro, visto as várias religiões queixarem-se ao longo dos anos que não tinham local para levarem os seus defuntos.

A REC honra-nos a todos.

Quero, também dar os parabéns aos Bombeiros Voluntários pelo seu 92º aniversário.

Na última assembleia referi a abertura de novos estabelecimentos comerciais em Tondela. Penso que as pessoas começaram a acreditar. A exemplo dos nossos governantes que nos dão a garantia e que podemos acreditar. Senhor presidente, parabéns. Muito obrigado.”

O deputado Sérgio Rodrigues interveio, de seguida:

“Muito boa tarde senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, caros membros da assembleia.



Temos vindo ao longo dos últimos seis meses a assistir a imagens degradantes e nada convincentes da solidariedade humana com base na migração de refugiados da guerra na Síria. Hoje, enfrentam as dificuldades de vida dos seus países e procuram a todo custo ir atrás de um sonho na Europa. Naquela Europa para a qual não tinham virado os olhos, mas que de alguma forma os está a receber, mas também a colocar entraves à solidariedade, ao reconhecimento, ao direito ao trabalho e à compreensão de povos e a colocar entraves a quem procura um novo tipo de vida, uma nova opção. Nesse sentido, queria deixar, aqui, um apelo à câmara municipal, na pessoa do senhor presidente da câmara, para que no seguimento da hospitalidade e da solidariedade que o concelho de Tondela sempre representou no nosso País, que fosse acautelada a situação possível da receção de alguns desses migrantes. Que possamos continuar a orgulhar-nos desse papel de apoio aos mais desfavorecidos, sem no entanto deixarmos de lado as situações prementes e que ainda não conseguimos ultrapassar no nosso país e no nosso concelho, apesar de continuarmos a fugir da crise, apesar de termos indicadores positivos na nossa vida e na vida do nosso país. Que essas pessoas tenham a possibilidade de serem integradas na massa crítica do nosso concelho. Que tenham os apoios necessários, mas num papel de integração, num papel de possibilidade de trabalharem e não num papel de subsidi dependência. Muito obrigado”.

Seguidamente, foi a vez da bancada do Partido Socialista, com a deputada Marta Franco, com a intervenção que se transcreve:

“Exmos. Membros da Mesa

Caros Deputados e restantes presentes

Estamos a duas semanas de saber quem ganhará as próximas eleições legislativas. Decidi há uns bons anos tornar-me militante, primeiro da Juventude Socialista e depois do Partido Socialista. Escolhi esse caminho porque acredito que só com a participação ativa de cada um de nós, com convicção e seriedade, podemos realmente mudar o rumo do nosso país, encontrar soluções e novos caminhos e construir alternativas participadas e de confiança. Escolhi o PS porque confio, porque me identifico com as suas políticas e acima de tudo porque me revejo nos seus ideais.



Sou uma jovem cientista, sou mulher e sou mãe. Posso perguntar-vos, numa perspetiva egocêntrica dirão, mas que se adequa a outras mulheres e a outros jovens... o que fez este país nos quatro últimos anos por nós?

Durante os últimos quatro anos senti-me ferozmente atacada em todas as frentes do que sou, na minha identidade. Como jovem... vi partir dezenas de amigos e conhecidos, à procura de um futuro melhor, de um emprego estável na esperança da realização profissional desejada. 29,5% de desemprego jovem no segundo semestre de 2015. Quase 250 mil jovens registados nos centros de emprego.

Como cientista... vi amigos partirem, vi alguns desistirem da carreira, vi amigos viverem em dificuldades. Sim, mestres e doutorados a viverem em dificuldades! No passado, a aposta no financiamento estável da ciência permitiu o crescimento de muitas instituições e a formação de investigadores portugueses espalhados agora pelos melhores centros de investigação do mundo. Este caminho foi interrompido pelo Governo PSD/CDS, que ao querer financiar apenas a “excelência” e reduzindo drasticamente o apoio à ciência, foi contribuindo para o progressivo desinvestimento dos últimos anos. Se persistirmos nesta política atual não será fácil salvar a debilidade que se vive nesta área, mas é um domínio onde o País devia continuar a apostar sério.

E como mulher? Sou vista pelo atuais líderes do governo como uma fada do lar que “sabe organizar a casa, pagar as contas, tratar dos novos e cuidar dos velhos”. Pena é que, com o aumento da precariedade dos empregos, onde me incluo, e com o forte desemprego que assusta quem ainda mantém o seu, não haja oportunidade nem tempo para muitos, de cuidar de quem quer que seja. Ficando nós mesmos, os jovens, entregues aos cuidados dos nossos pais quando o esperado aos 35 anos seria sermos independentes deles financeiramente. Atualmente, as mulheres sozinhas, desempregadas com filhos a cargo integram o perfil mais vulnerável desta crise. É chocante continuar a ser presenteadas com afirmações deste tipo que continuam a subvalorizar a mulher e o seu papel na nossa sociedade.

E como mãe? Para o primeiro-ministro ser mãe ou querer ser mãe é estar a “ajudar o país a crescer sustentadamente”?? Mas não seria o país que devia ajudar as mães, apoiar a natalidade e proporcionar condições de vida dignas às crianças que resolvemos trazer a este mundo? De poder sonhar com um futuro risonho e bem sucedido para aqueles que



mais amamos?

Este Executivo PSD/CDS é o governo da austeridade, dos cortes nos salários e pensões, da alienação a estrangeiros de património e de quase todas as melhores empresas portuguesas. Curioso é que mesmo com as medidas de austeridade, o presente Executivo não ter conseguido atingir os principais objetivos iniciais do Memorando de 2011- nem na dívida pública, nem no défice orçamental, nem no crescimento económico, nem na descida do desemprego. É isto que queremos para o futuro?

Para terminar, citando Churchill e mais recentemente Freitas do Amaral, “às vezes é necessário mudar de voto ou de partido, para não mudar de princípios”.

O deputado Joaquim Santos tomou da palavra, de seguida com a intervenção que se transcreve:

“Senhor presidente da assembleia municipal

Senhor presidente da câmara municipal

Senhores vereadores

Senhores membros da assembleia municipal

Senhores representantes da comunicação social

Senhoras e senhores,

Em primeiro lugar, queremos felicitar a Câmara Municipal de Tondela pela realização de mais uma edição da FICTON. Apesar de alguns contratemplos, provocados pelas condições atmosféricas menos favoráveis, teve o mérito de congregar milhares de pessoas, vindas de diversos pontos do concelho e da região; no entanto, deixamos, de forma sincera, uma crítica positiva – é tempo de repensar o modelo deste evento que, a manter-se, poderá correr o risco de se tornar rotineira e não conseguir atingir os verdadeiros objetivos que julgamos fundamentais - projetar os interesses do comércio, dos serviços e da indústria do nosso concelho.

Deixamos este desafio aos organizadores, tal como deixamos a nossa disponibilidade em contribuir para o engrandecimento do nosso concelho.

Queria a propósito da intervenção do senhor deputado António Dinis que está a pensar dois anos atrás, julgo eu, porque não quero que me passe pela cabeça que a FICTON sirva para promoção política de alguém.



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 21 de setembro de 2015

Passada a festa, encontramos-nos, agora, em plena campanha eleitoral para as Eleições Legislativas do próximo dia 4 de outubro.

Por isso, não podemos deixar de fazer uma pequena reflexão sobre a atual governação, que se manteve em exibição durante estes últimos 50 meses!

Apanhados pelo turbilhão da crise internacional, aliás, e finalmente, reconhecida pelo atual Primeiro-ministro, no seu recente confronto televisivo com António Costa, a verdade é que, no final do 1.º trimestre de 2011 (mesmo no limiar daquela tão improvável, quanto lamentável, coligação PSD + CDS + CDU + BE), a dívida pública portuguesa situava-se em cerca de 94% do PIB, um pouco superior à alemã e abaixo das dívidas da Irlanda, da Bélgica, da Itália e da Grécia. (dados do Banco de Portugal – BdP – em 21 de junho de 2011). Em valor absoluto, a dívida era de 164 mil milhões de euros. Passado este período de governação, a dívida portuguesa (129,6%) subiu ao pódio da União Europeia, só ultrapassada pela Itália (135,1%) e pela inconsequente Grécia (168,8%).

Para que não restam dúvidas, a razão deste aumento percentual não se deve ao valor de referência do PIB, que baixou, inflacionando o percentual, mas sim a uma tonta, radical e ruína gestão dos atuais governantes, que não merecem qualquer contemplação. Em meados deste ano, a dívida rondava, em valor absoluto, cerca de 230 mil milhões de euros.

Este governo queimou todas as oportunidades que teve – não soube gerir a baixa de mais cerca de 8% dos juros da dívida soberana, o que não aconteceu por efeito da cor dos seus olhos, mas pela ação do Banco Central Europeu, não soube gerir as receitas de mais de 20 mil milhões de euros resultantes das privatizações, vendendo a preços de saldo as nossas empresas altamente lucrativas, indo muito além do acordado com a “troika”, não soube aproveitar a mais qualificada geração de portugueses, que convidou a sair do país, não foi capaz de aproveitar da maior baixa de preços do petróleo bruto de que há memória e não foi capaz de evitar o descalabro do sistema de saúde, da segurança social e da educação, recuando décadas de conquistas do povo português.

Este governo aumentou a pobreza para níveis do tempo do Estado Novo, provocou a proliferação da fome infantil, aumentou as filas dos refeitórios das instituições de solidariedade, e emagreceu, tantas vezes até à miséria, a classe média que, afinal,



sustentava as finanças do nosso país, não apenas pelo seu trabalho, mas pelas suas contribuições para o sistema fiscal e de segurança social.

Teve, diga-se, um mérito – engordou os ricos, em contraciclo com a desgraça da esmagadora maioria dos portugueses, criando a ilusão de um crescimento falacioso e não sustentado! Apesar do maquiavélico esforço do irrevogável vice-Primeiro-ministro, que se gaba ser por sua ação, e agora, como isco de voto, é pela ação dos empresários portugueses, que as exportações crescem, mas olvidando e escondendo que a principal razão deste efémera competitividade não se revela pela qualidade (salvo raras e honrosas exceções), mas pela quase escravatura que vitimou a generalidade dos trabalhadores portugueses, obrigados a saldar o valor do seu trabalho.

Mas não conseguirão esconder, porque os números são como o algodão, que este governo foi único, na nossa democracia – na sua saída, que esperamos seja breve, deixará o país mais pobre, mas muito mais pobre, do que o herdou!

É verdade que o PIB, tremulamente, cresceu nestes últimos meses, mas pudera, depois de bater lá bem no fundo, a nossa economia teria de dar algum sinal de vida: em primeiro, porque bastaria que cada um de nós tomasse mais um café ou comprasse uma pastilha elástica; em segundo, devido a situações meramente conjunturais, vendemos mais serviços, com principal relevância para o turismo, mas aumentaram as importações e conseqüente incremento do défice da nossa balança comercial. A verdade, é que o nosso país está pior, muito pior! Mas, por entre a chuva de miséria, escapam alguns, a quem este governo se vendeu – aos privados da educação, a quem são oferecidos dinheiros, que não há para o setor público, deixando milhares de professores no desemprego, e que nem o adiamento eleitoralista do início do ano letivo conseguiu disfarçar! Aos privados da saúde, que continuam a proliferar que nem cogumelos, à custa dos nossos impostos! Aos especuladores financeiros que se preparam para assaltar as contribuições da segurança social, deixando o futuro dos trabalhadores atirado à ganância dos mercados! E a justiça, que querem que seja servida “à la carte”, manipulada por interesses políticos, conforme reiterado por Paulo Rangel, que se desmaquilhou antes do tempo, e que acabou por deitar por terra a estratégia de Passos Coelho e de Paulo Portas, que pretendiam utilizar um prisioneiro político – José Sócrates - para fazerem esquecer a sua maquiavélica



governação, em que os interesses dos portugueses foram sempre arredados, dando prioridade aos especuladores que, em tempos de crise, continuaram a engordar!

Agora, cabe ao povo decidir. No próximo dia 4, abrem-se dois caminhos: um deles, que já conhecemos, conduzirá o nosso país à destruição do que resta do património público e, pior do que isso, ao enterrar do que resta da esperança dos portugueses: a nossa soberania, a nossa educação, a nossa segurança social, a nossa saúde e a nossa justiça. Um outro, em que, aos portugueses, é dada a oportunidade de erguer esforços e construir um país novo, moderno e competitivo, dando espaço à capacidade de uma nação, não pela via da mão-de-obra barata, mas sim pela qualificação dos nossos jovens, que anteriores governos ousaram preparar!

Há povos corajosos e nós somos um deles! Não podemos deixar que uma Europa, despedaçada dos seus ideais, nos meta medo. Saibamos honrar a memória dos 40 conjurados de 1640, porque a nossa História assim o exige. Somos poucos para enfrentar as poderosas armas dos outros, mas não estaremos sós nesse confronto. Vejamos o exemplo do povo grego que não desarma – podemos ser críticos de algum sentido dessa forma, mas não podemos fechar os olhos à coragem helénica que desafiou, mais uma vez, os exércitos especuladores e que não deixará que o velho continente, continue maquilhado de democracia e de solidariedade, que não passam disso mesmo.

Com Confiança, Portugal deve mudar!

Contamos com os portugueses!

Continuou:

“Queria, finalmente, fazer só mais um reparo à intervenção da Vera. A diferença fundamental entre a Grécia e Portugal, quem destruiu a Grécia foi a Nova Democracia e quem está a destruir Portugal agora é a coligação PSD /CDS, essa é a grande diferença. Não queiramos comparar o que se passou na Grécia com o que se passou em Portugal. Nem qual foi a situação herdada pela Syriza. O Syriza não tem responsabilidade nenhuma sobre isto, esteve mas nem sequer chegou a governar, mas o povo Grego soube dar-lhe o aval para que pudessem continuar a lutar. Infelizmente, não tivemos um governo que queira fazer o mesmo connosco.



Queria solidarizar-me com as intervenções acerca da situação dos refugiados. Teria este assunto para os “Outros assuntos para o concelho”. Estou solidário para que a câmara municipal seja o motor de uma ação que coloque Tondela nesse sentido de solidariedade., muito obrigado.”

Antes da colocação à votação da moção apresentada pelo deputado Manuel Veiga, o deputado Sérgio Rodrigues pediu para intervir o que lhe foi concedido pelo presidente da Mesa:

“Uma moção, penso que deve ser delineada e objetiva. A moção da forma que é apresentada e salvo melhor opinião, é tão abrangente, “tão indefinida”, que pedia ao deputado Veiga que nos apresentasse a moção em poucas palavras para que as pessoas possam votar com convicção sobre isso. Foi um texto extenso e se calhar passou-nos algo ao lado e se o Veiga conseguir simplificar melhor. Esta é a minha opinião. Muito obrigado”

O deputado Manuel Veiga explicitou:

“Resumidamente e pegando no documento conforme é apresentado, no fim de contas é uma análise da situação geral. Fala os movimentos migratórios, a fuga à pobreza, a fuga à guerra. Tem um dos pontos que é a ingerência que foi feita por parte ocidental nesses países. A questão bélica, em que nós apoiando políticas da União Europeia, dos Estados Unidos e da Nato, onde se prevê intervenções militaristas, indo provocar situações mais agravadas, fazendo com que haja mais migração. Estes são os pontos de alguns considerandos. Alguns movimentos por parte da Europa que nos tem envergonhado.

Acho que foi transversal pelo que foi aqui falado a solidariedade. Que sejam recebidos no concelho, integrados em pleno.”

O deputado Sérgio Rodrigues afirmou que o objetivo é apoiar os refugiados, mas que fazer críticas sobre o modo de atuação de organizações provoca uma mistura que não valoriza o papel que se pretende desenvolver.



O deputado Manuel Veiga afirmou que os considerandos que o originaram que o processo existisse. Pacificamente propôs fazer um documento em conjunto com os líderes das várias bancadas para ser colocado à votação no período “. Outros assuntos de interesse para o Concelho”

1. Período da Ordem do Dia:

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

Iniciando o ponto, o presidente da mesa deu a palavra ao presidente da câmara:

“Muito boa tarde a todos, senhor presidente da mesa da assembleia, membros da assembleia, convidados. A todos quero saudar e cumprimentar.

Por proposta do presidente do município, na última reunião de câmara, duas matérias foram abordadas para análise posterior e uma delas é precisamente a dos refugiados. Desde logo para dizer que devemos distinguir de forma bem explícita a diferença entre aquelas que são refugiados por razões políticas, por razões humanitárias, daquilo que é imigração económica. Nós que fomos um país que ao longo da nossa história procurámos na imigração uma forma competitiva de termos melhores condições de vida, devemos ter, também presente que não nos podemos esquecer e fechar aquilo que é o mundo e aquilo que são as vivências do mundo. Temos de considerar em particular as questões humanitárias e a este propósito, irá ocorrer será brevemente uma reunião do Conselho Local da Ação Social de Tondela, que a senhora vereadora com o pelouro irá realizar. Sendo verdade que tão importante como acolher é poder integrar. Não podemos cair no facilitismo imediato que é abrir as portas, porque queremos ficar bem na fotografia. Entendo que se tal se proporcionar, deveremos sim, saber quem podemos acolher, como integrar essas pessoas e como criar condições para que elas se realizem no nosso território. Este é o objetivo. Não é acolher por acolher. Se tiver que ocorrer, terá de ser perante um perfil ajustado à realidade social e à integração que a esse propósito deve ser bem conseguida. Já há algumas instituições de solidariedade que estão disponíveis para cooperar connosco.



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 21 de setembro de 2015

Alcald
Am
SP

O segundo ponto, mas que gostaríamos de dizer e que poderá condicionar ou não a celebração de uma assembleia extraordinária prende-se com a redução de IMI para famílias com filhos. Não eram conhecidos, à data da realização da reunião de câmara, os indicadores que nos permitem saber qual o impacto financeiro que resultaria se concedêssemos uma redução, por exemplo 15% para famílias com 3 ou mais filhos, sobre o IMI. Estamos a fazer essa avaliação, com ponderação, argumentos e sem demagogia.

Ao deputado Dinis, registo a felicitação como entendeu por ser mais digna a abertura da FICTON. Também esse é o nosso propósito e sempre que possível melhorar. E também, para que ninguém dissesse que o presidente de câmara quis politizar ou tirar aproveitamento político da abertura da FICTON, apesar do senhor Secretário de Estado da Administração Local estar presente a título pessoal, entendemos que o convite deveria ser ao senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, para que outros não pudessem tirar qualquer ilação menos proveitosa dessa circunstância. Julgo termos dado um sinal de separação de poderes a esse propósito.

Gostaria de fazer duas ou três considerações para sublinhar algumas manifestações que registo com apreço, nomeadamente do Ferreira sobre as questões associadas com Caramulo Motorfestival em particular o desfecho positivo que ocorreu com o processo do Hotel do Caramulo, porque hoje poderíamos estar aqui todos a perguntar, volvidos seis meses, porque é que no mês de agosto não houve abertura desse hotel. Esse risco existiu. Nunca viram o presidente da câmara, nem os vereadores, nem o presidente da junta de freguesia do Guardão a colocarem-se em “bicos de pés” a propósito de protagonismos sobre esta matéria. Entendemos que a nossa missão é ajudar a resolver os problemas e criar condições favorecedoras para que as soluções possam ser exequíveis. Em boa verdade, julgo e estou convencido que a solução encontrada, onde procurámos ser mediadores, é uma solução com grande futuro para o território da Serra do Caramulo. Não se trata tão só de dizer que abriu ou reabriu o hotel. Trata-se de um parceiro que a fazer fé, na nossa expectativa, tem um plano estratégico para os próximos 15 anos. É alguém do setor. Portanto, com as vicissitudes inerentes a esta área, estamos convencidos que apresentará indicadores muito interessantes e prova disso é que reabrindo o hotel no dia 1 de agosto, sem a preparação normal que para tal leva, a taxa de ocupação é



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 21 de setembro de 2015

extremamente positiva. O grupo Tupil Hotel é um grupo internacional que em Portugal tem algumas unidades, mas que é o líder da rede de hotelaria no Brasil. O grupo holandês tem uma agência de viagens. Nós devemos preocupar com a gestão sustentável desta unidade hoteleira não só no período do verão, mas sim e principalmente de inverno. Não foi menos importante a disponibilidade de todos os agentes económicos locais, do Caramulo e em particular do senhor presidente da junta de freguesia do Guardão, que registou o seu empenho discreto.

Sobre as demais questões de natureza política, julgo que nenhum de nós está aqui para se convencer ou deixar ser convencido, mas julgo que nunca devemos fugir à verdade sobre os factos. Já várias vezes tivemos abordagens sobre matérias relacionadas com dívida pública, com desemprego, com salários. Nenhum de nós poderá ser indiferente quando se diz que nunca tivemos uma taxa de desemprego como hoje temos. Para que não seja dito que é o presidente da câmara a dizê-lo, aconselho-vos a uma leitura muito rápida do Jornal de Negócios, em particular uma notícia de junho, “taxa de desemprego em Portugal atingiu em abril o valor mais baixo desde agosto de 2011 e taxa de desemprego jovem tão refletida também se fixou no nível mais baixo em quase 4 anos, o número de desempregados baixou dos 670 mil. A taxa de desemprego em Portugal recuou em abril para 13% o que corresponde ao nível mais baixo desde agosto de 2011 quando se fixou no dobro de 12,8%, já em 2011. De acordo com a estimativa provisória para o devido lugar desta terça-feira do Instituto Nacional de estatística”. Julgo que todos reconhecerem a independência deste organismo. “Foi a terceira consequência e comparada com a taxa de 14,6 que ainda se registava em abril do ano passado. Recuando mais no tempo a taxa de desemprego em abril de 2010 situava-se em 11,9 quando tudo crescia e quando o investimento era tão notório, sendo que antes de março de 2009 andava na casa dos 10%. Na taxa de desemprego jovem que recuou em abril deste ano para 31,2. Hoje os dados apresentados são de 29,5, também foi fixado um mínimo desde agosto de 2011. A queda em abril foi de 1,2 pontos percentuais, ao contrário do que chegou a acontecer durante alguns trimestres, esta diminuição de desemprego foi acompanhada por um reforço de emprego, segundo o INE em abril tinha 4 486 000 pessoas empregadas, ou seja, mais 22 mil pessoas do que em março do corrente ano”.



*Alcides
Ferreira*

Para desmistificar uma questão que anda vulgarmente no debate público. Acho que nenhum de nós deve ignorar, que durante estes 4 anos de profunda crise de recuperação houve muitas pessoas que tiveram que emigrar. Mas devemos comparar estes dados, também com o crescimento do período de 2009 a 2011. A taxa de emigração que ocorreu pós 2011, no final do ciclo, feita a comparação anual ronda 40 mil pessoas de diferença. Julgo que é importante termos estes números presentes. Nenhum de nós deve ficar satisfeito quando alguém tem de procurar emprego fora por não ter aqui. Mas nenhum de nós deve ignorar que é bem pior sentir-me desempregado e sentir que as minhas capacidades não estão a ser rentabilizadas, porque não tenho trabalho, se tiver uma oportunidade de valorização no exterior e se me der esperança poder regressar mais requalificado ao país. Julgo que é aqui que devemos focar a nossa avaliação. É por isso que julgo relevante o dado que aqui trouxe, porque não se trata de dizer que a taxa de desemprego diminuiu, porque todas as pessoas emigraram. Há pessoas que emigraram, mas há mais postos de trabalho criados neste período do que aqueles que existiam. É importantíssimo que possamos perceber. Tal como já várias vezes explicámos que enquanto nós não tivermos um PIB tendencialmente que caminhe para zero todos os anos a nossa dívida pública tem que aumentar. Ora por isso é importante, não por questões ideológicas ou dogmáticas, mas por questões de sustentabilidade do nosso Estado é importante que o nosso défice público se aproxime do zero. Só assim há possibilidade de estagnar esta dívida. Julgava que também era importante referir o comportamento das exportações. Que era importante referir que pela primeira vez que houve oportunidade o salário mínimo nacional deixou de estar congelado. Que era importante referir mais de 1 milhão e 100 mil pessoas, hoje, por terem reformas abaixo daquilo que era o patamar mínimo não viram cortes nas suas reformas. Não que isso seja uma fatalidade, mas porque eram já baixas as suas reformas. Podemos debater os nossos argumentos, não devemos é partir para esse debate com argumentos que estejam afastados da realidade ou que estejam desviados da realidade.

Há um caminho de esperança e esse caminho de esperança tem de ser um caminho de sustentabilidade. Jamais haverá Estado Social sem equilíbrio das contas públicas e se alguma dúvida existisse, a lição de 2011 deve ser uma lição que todos devemos aprender.



Sem equilíbrio das contas públicas não há confiança. Sem confiança não há investimento. Sem investimento não há Estado Social”.

Continuou com a intervenção escrita, que se anexa com o nº 5 e 6 e com a projeção e explicação de diapositivos das atividades da câmara decorridas entre junho e setembro.

Interveio, de seguida, a deputada Marta Franco:

“Caro senhor presidente felicito-o pelas atividades que apresentou, mas estou, aqui, em resposta às suas afirmações no que diz respeito aos números do desemprego. Os números oficiais do desemprego apontavam em maio para uma taxa de desemprego de 13,9. No entanto e segundo diversos estudos já publicados e se desejar posso facultar essa informação, há uma dimensão oculta onde se engloba aqueles em que o FMI chama “fraqueza do mercado de trabalho” e que rondam em Portugal 545 mil pessoas. Contabilizando esta dita fraqueza podemos calcular uma nova taxa somando aos 726 mil desempregados oficiais, dados do INE, os ditos 545,6 mil o que dará uma taxa de desemprego que rondará cerca dos 22%. Refiro, também ainda e reforço que destas 545 mil pessoas, 80,7 são jovens licenciados. Em 2011 eram 50 mil. Aqui ficam os números.”

O deputado Felisberto Figueiredo tomou da palavra:

“Saudando todos os elementos da Mesa, senhor presidente da câmara, senhor presidente da assembleia, companheiros desta assembleia, publico.

Só duas notas prévias relativamente à intervenção em que se referia o mau investimento que o Ministério da Educação faz no apoio ao ensino privado. Só para dizer que está demonstrado que um aluno no ensino privado custa menos ao Estado do que custa no ensino público. Para além do mais, o ensino privado, sabemos a importância que teve e continua a ter no nosso país, não só nos grandes centros como nos meios rurais. Temos uma história que o afirma relativamente ao concelho de Tondela, que o ensino público esqueceu e foi o ensino privado que durante muito tempo foi resolvendo. É claro que sou professor aposentado e fiz a minha carreira no ensino público e acho que temos um bom ensino público que não está nada atrás daquilo que é bom no ensino privado. De qualquer forma estas “bicadas” no ensino privado sabem-me a jacobinismo. Não significa



que os alunos tenham de ir para o privado. Não vejo que haja qualquer problema que haja protocolos com o ensino privado.

Uma descoberta boa que o Joaquim trouxe aqui, realmente tomar uma bica faz aumentar o PIB. Costumo tomar uma vou passar a tomar duas, que é para dar um contributo maior.

Quero- me regozijar com a vitória do Syriza na Grécia. Digo-o sem qualquer tipo de ironia, porque quando se faz uma proposta como o líder do Syriza, sendo obrigado a contrariar aquilo que era a sua proposta e a sujeitar-se àquilo que não queria, foi procurar legitimidade e saber se o povo concordava com aquilo era obrigado a fazer. Ganhou legitimidade. Fico contente por isso.

Indo às atividades da câmara, o senhor presidente fez uma referência ao concerto do Abrunhosa. Eu, quando ele apareceu não gostava do seu estilo e da sua forma de atuar e hoje sou um admirador de Pedro Abrunhosa. Fez uma volta de 180°. Não tendo uma boa voz, sabe tirar partido da sua voz e faz espetáculos bonitos. A sua música é muito linda, a harmonização fantástica e os textos que canta são extremamente bonitos.

A Marta veio demonstrar que, agora, o Partido Socialista começou a especializar-se em ocultismo. Anda sempre a ver algo em coisas ocultas. Aparecem as estatísticas e há sempre alguma coisa oculta. Especializar-se nessa área não me parece uma coisa muito interessante, mas cada um faz o que gosta. Não incomoda nada, só faço o reparo, porque acho inovador.”

Continuou com a intervenção escrita. (anexo 7)

O deputado Joaquim Santos interveio:

“Dado que foi, aqui, evocado o meu nome, queria responder ao Dr. Felisberto. Queria dizer que já disse, aqui, nem eu nem ninguém no PS tem nada contra o ensino privado, nem sou contra a saúde privada, nem contra a poupança para a reforma que seja privada. Somos é contra o que está a fazer neste momento em favorecer o ensino privado em detrimento do ensino público. Há zonas do nosso país onde são fomentadas a abertura de escolas privadas para fechar as escolas públicas. Isso é que é uma verdade. Não fiz as



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 21 de setembro de 2015

contas para ver se era mais barata ou mais caro. Quando temos em conta a educação não temos de por em conta isso. Sabemos todos é a “batota” nas notas que tem sido feito e tem sido tornado público em que estavam inflacionadas alguns valores para os alunos do ensino privado. Isso é que sou contra e quero evitar que prolifere este ensino, que não é ensino mas um negócio. Quanto aos cafés, se toma um café passa a tomar dois, mas não se esqueça das pastilhas elásticas.

Quero-lhe dizer outra coisa, não há ocultismo nenhum em ir buscar números. Os senhores é que com certeza escondem números que estão nas catacumbas e nós temos muita dificuldade. Toda a verdade é como o azeite vem sempre ao de cima.

Senhor presidente, eu gostaria que desse uma informação. Como sabe, durante o mês de julho foi posto à discussão pública no site do Planalto Beirão um regulamento sobre a água, que aqui o senhor apresentou e acabou e muito bem por ser retirado. O Planalto Beirão tomou a decisão de chamar a si e à sua assembleia geral a discussão e aprovação desse regulamento. Foi contestado pelo MUAP. Contestado pelo Partido Socialista. Houve algumas posições tornadas públicas. Gostaria de saber qual é a sua posição? Tenho uma moção para apresentar. (que é transcrita):

“MOÇÃO

Os consumidores da região abastecida pela concessionária Águas do Planalto foram surpreendidos, pela ousadia da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão – AMRPB - que chamou a si a aprovação do “Regulamento de Serviço Público de Distribuição e Fornecimento de Água aos Municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela”.

Como estamos recordados, este Regulamento, trazido pelo senhor presidente da câmara municipal de Tondela, a esta Assembleia, acabou, e bem, por ser retirado da votação.

Embora o mesmo tenha sido aprovado em um ou dois órgãos deliberativos municipais dos concelhos envolvidos, o Regulamento, por razões óbvias e então esgrimidas, não foi consensual.



Desta veleidade da AMRPB, a Comissão Política do PS de Tondela deu conta à ERSAR, que se obrigou a pedir explicações àquela associação, mas cuja resposta, ainda não deverá ter obtido, não nos foi comunicada.

Seja qual for a posição da AMRPB em resposta à entidade reguladora, e apesar de ter apenas mudado o preâmbulo, por ser evidentemente escandaloso, o conteúdo do Regulamento manteve-se inalterado, colocando em causa os interesses dos consumidores de água, mesmo aqueles que não são abastecidos pela atual concessionária – aqueles que tiveram de recorrer a captações próprias e a quem querem obrigar a consumir água, não por uma questão de saúde pública, mas na procura do aumento dos lucros!

Ora, esta fuga em frente da associação, revela bem de que lado se coloca, face a interesses instalados, demonstrando que está interessada em empurrar o problema e não o resolver, nem sequer aguardando a decisão dos tribunais.

Assim, e considerando os fundamentos da nossa assembleia municipal de abril, em relação a este assunto, e no respeito pela vontade do senhor presidente da CMT, que retirou o documento,

A Assembleia Municipal de Tondela, reunida em 21 de setembro de 2015, reitera que:

1 – É de sua competência a aprovação do Regulamento e nunca a delegou em qualquer outro órgão.

2 – Que se deve esperar pela decisão judicial, de forma a aprovar o Regulamento, tendo sempre em conta os interesses dos consumidores.

3 – Que não reconhece à Assembleia-geral da AMRPB qualquer competência para tratar de assunto semelhante, tanto que aquele órgão é composto por representantes de 19 municípios e não tolera que 14 deles, que nada têm a ver com o assunto, se intrometam nos interesses dos quais apenas 5 estão envolvidos.

Assembleia Municipal de Tondela, 21 de setembro de 2015

NOTA:

Esta moção, a ser aprovada, deverá ser enviada aos órgãos executivos e deliberativos dos municípios associados da AMRP, à ERSAR e aos órgãos de comunicação social”.



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 21 de setembro de 2015

Handwritten signatures and initials in blue ink.

O senhor presidente da mesa informou a assembleia que a moção apresentada pelo membro Joaquim Santos, dado não se enquadrar no ponto, seria debatida e votação no ponto: “Outros assuntos para o concelho”.

O deputado Felisberto Figueiredo voltou ao debate:

“Quando fala nas coisas escondidas nas catacumbas. Eu limito-me aos dados das estatísticas dos órgãos oficiais que fazem as estatísticas qualquer que seja o governo que lá esteja, o INE e a União Europeia. Por outro lado, nas pastilhas não vou investir. As notas aldrabadas? Admito que possam existir, mas não existe só no ensino privado. Sabemos que os organismos do Ministério da Educação estão a investigar tanto estabelecimento de ensino público como privado quando encontram um desvio contínuo ao longo dos anos entre os resultados dos exames nacionais e com os que vão a exames. Agora, é uma realidade que no privado há muitas escolas prestigiadas deste país que os alunos antes de terminar o curso já estão captados pelas empresas. Gostaria de realçar uma coisa, no ensino privado esquecemo-nos das escolas profissionais e temos uma no concelho de Tondela que é muito prestigiada em toda a região, tal como outras da região. Acontece em muitos casos o contrário, o ensino público tentar fechar escolas profissionais. Antigamente mandavam os alunos quando eram mais fracos. A dada altura propuseram aos professores completar horários nas escolas profissionais, porque escasseava alunos, não quiseram, porque o regime das escolas profissionais é muito mais exigente da rede de escolas públicas. Agora nem deixam as escolas profissionais fazerem as suas campanhas junto aos estabelecimentos públicos, porque não há alunos. As escolas profissionais apresentam resultados que dignificam toda a gente”.

O presidente da câmara, de seguida, interveio:

“Registo a forma elevada e sincera como o Dr. Felisberto que fez referência à FICTON. Julgo que a autarquia deve ter sempre presente a valorização dos seus atos solenes e foi nessa ótica que procurámos dar a dignidade e elevação que o ato representa, a todo o concelho.

As matérias associadas à questão colocada pelo deputado Joaquim Santos serão analisadas no penúltimo ponto.



Só queria fazer uma referência muito objetiva à Marta. A fraqueza do mundo do trabalho tanto existe hoje como existia há 10 anos e portanto se a fórmula de cálculo não é correta que se corrija. Agora os dados oficiais são muito simples agosto de 2011, taxa de desemprego em Portugal 12,8%, agosto de 2015, taxa de desemprego em Portugal 11,9%. Nós temos de viver com a realidade dos números e com isto não estou a dizer que não valorizo todos aqueles que não têm trabalho ou todos os que têm trabalho precário, porque existiu e sempre existirá. Não podemos é dizer que existe para uns e não existe para outros”.

O deputado Jorge Soares por motivos profissionais ausentou-se da assembleia.

2.2 Análise discussão e votação da 3ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e quinze

O senhor presidente da câmara explicou:

“Resultam daqui duas pequenas alterações que tem a ver em primeiro lugar com o ajustamento do montante associado ao Fundo de Emergência Municipal, na medida em que corrigimos o valor face à adjudicação da estrada da Cruzinha /Corte que ficou abaixo do valor de concurso e como nós associamos esse empréstimo dos 40% ao valor da obra, temos de baixá-la e ajustá-la. Por outro lado, a entrada que está associada ao empréstimo até 2 milhões de euros. Todo o resto são correções de ajustamento orçamental.”

Não havendo intervenções foi colocado à votação a 3ª revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e quinze, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Marta Marques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Almeida Dias, António Pereira, Ana Rita Rosa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Armando Laranjeira, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.



2.3. Análise, discussão e votação do contrato interadministrativo de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Dardavaz

O presidente da câmara interveio:

“Este contrato interadministrativo vem concluir o protocolo e o apoio que existia com a junta de freguesia de Dardavaz para a construção da área de lazer associada à praia fluvial da Várzea do Homem. À época já tínhamos estabelecido um contrato e com o decurso das obras houve necessidade de ajustar alguns trabalhos, nomeadamente o novo acesso à zona da praia fluvial, bem como a captação de água perante a inexistência de rede pública para alimentação dos balneários e da área de lazer associada”.

Não havendo intervenções foi colocado o contrato interadministrativo à votação que foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Marta Marques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Almeida Dias, António Pereira, Ana Rita Rosa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Armando Laranjeira, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

2.4. Análise discussão e votação do Protocolo de princípios para a celebração do direito de superfície entre CDT e Município de Tondela

O presidente da câmara interveio:

“Aquando da estratégia para a intervenção do estádio João Cardoso, referi que iríamos regularizar através de um contrato de cedência de direito de superfície. Tive o cuidado de ter dito que o contrato anteriormente celebrado em 2004, tinha uma pequena fragilidade na medida em que não tinha sido feito o respetivo registo predial. A propriedade dos terrenos do estádio João Cardoso e dos Bombeiros Voluntários de Tondela que está em encostado ao cemitério eram do mesmo proprietário, João Cardoso.



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 21 de setembro de 2015

À época, com o senhor Arménio Leite Marques, presidente dos bombeiros, foi feita a discriminação do artigo dos Bombeiros Voluntários de Tondela com cerca de 9 000 metros quadrados. E este artigo de 19 000 metros quadrados, não tinha sido feito a transmissão dos herdeiros de João Cardoso para o clube desportivo de Tondela. Fruto desta circunstância, a 28 de agosto foi feita a escritura de doação dos herdeiros, em memória da intensão que o seu pai e tia tinham manifestado. Com base na escritura de doação o clube está em condições de promover o respetivo registo predial corrigindo esta situação e é com base nisso que estamos em condições de vir a celebrar contrato de cedência de direito de superfície, para isto é necessário uma deliberação do órgão deliberativo. A assembleia geral do clube desportivo de Tondela já deliberou nestes termos. A assembleia municipal vem aqui nestes termos, com um prazo de vigência de 25 anos, porque é o período que consideramos adequado, a existir overboking para financiar parte destes trabalhos. Esta cedência é sem custos”.

O deputado Joaquim Santos continuou o debate:

“Senhor presidente, senhores deputados.

Ou eu entendi mal a explicação do senhor presidente da câmara ou então o direito de superfície atualmente existente, que a câmara tinha sobre o estádio João Cardoso não valia de nada e onde foram investidos 2, 3 milhões de euros em anos anteriores. Mas não é este o assunto mais importante neste momento, o que interessa agora é o que vai daqui para a frente. Já sabem qual foi a nossa posição e sobretudo a minha nas duas votações acerca do empréstimo para as obras do estádio. Voltando a este assunto, acho que há algumas incongruências que não me convencem de todo. Primeiro nos considerandos, diz no 1º:” Considerando que, nos termos do artigo 6º, da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, incumbe aos municípios a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos; criando espaços públicos aptos para a atividade física”. Obviamente que sim. Agora o que não consigo relacionar em que é que isto tem a ver com as obras que vão ser feitas no estádio João Cardoso em Tondela. Muito menos quando diz aqui: “que sem os apoios e a gestão da Câmara Municipal aquele Estádio e o “Parque Desportivo João Cardoso”, não conseguiam oferecer as condições necessárias à



prática desportiva, tanto por parte do Clube Desportivo de Tondela, como por parte de outros clubes do concelho e mesmo de todas as demais associações de carácter desportivo que desenvolvem atividades desportivas específicas e que só em espaço próprio possam ser executadas”. Que eu saiba não é hoje permitido equipas de juniores que disputam o campeonato nacional jogar no estádio João Cardoso, nem no campo de treinos. Portanto isto não me convence, porque o que aqui está não espelha o que na realidade se passa.

Mais: “Considerando que os investimentos realizados no Estádio e no “Parque Desportivo João Cardoso” permitem e fomentam o sucesso desportivo dos clubes e associações do concelho”. Quais delas? O que é que o Clube Atlético de Molelos, o Sporting Clube de Nandufe, o Besteiros Futebol Clube, o Lajeosa, o Parada, etc beneficiam com esta obra no estádio João Cardoso?

Agora, senhor presidente, há aqui contas que não batem mesmo certas. Na primeira vez que esta questão foi trazida à assembleia municipal, o senhor queria saber o que a assembleia pensava sobre a contração de empréstimo de 2 milhões de euros para pagar as obras do estádio João Cardoso. Num segundo momento, o senhor veio aqui dizer que mantinha a pretensão de contratar o empréstimo de 2 milhões de euros, mas que as obras só ficariam de 1,4 milhões de euros e os restantes 600 mil euros seriam para prevenir um eventual chumbo da tentativa de financiamento de fundos comunitários para o fecho da Variante de Tondela. Está na ata de 29 de junho, na pagina 2, que foi aprovada hoje. Neste documento que hoje nos apresenta, já diz, e essa é no mínimo a verdade ou seja os valores no mínimo são verdadeiros, porque a obra foi adjudicada por 1 milhão 700 mil euros mais IVA o que dá à volta de 1 milhão 900 mil euros. Isto é, entre 29 de junho e 14 de julho as obras do estádio subiram meio milhão de euros. Isto já não contando com uma deliberação da câmara municipal em que algumas obras que foram feitas por ajuste direto, caso de obras feitas no balneário em que quando foram fazer os autos de medição davam quase todos mais do dobro do que tinham sido inicialmente previsto, não sei qual foi o valor que foi adjudicado e nem sei se ultrapassam o valor permitido legalmente para ajuste direto, mas não é isso que estamos a discutir. (o senhor presidente da câmara solicitou que o senhor deputado Joaquim Santos repetisse o que disse sobre os valores referidos). Não houve obras já executadas? Não houve obras nos balneários? (o senhor presidente



referiu que houvera adaptações). Isso foi feito por ajuste direto? Quando foi feito foi pedido orçamento e depois quando foram a conferir através dos autos de medições os valores passaram quase todos para o dobro, isso foi o que ouvi dizer, não tenho nenhuma ata da câmara municipal. (o senhor presidente da câmara refere que houve mais trabalhos). Mas não é isso que estamos aqui a discutir. Queria que me explicasse, falasse que este direito de superfície é transmitido por 25 anos, mas depois é prorrogável por mais 5 anos, mas na alínea a seguir diz que o direito de superfície é constituído gratuitamente pelo prazo de 25 anos. Quer isto dizer que nos consequentes 5 anos poderá haver um pagamento por parte do município ao usufrutuário, é o que entendo daqui, pode ser uma distração de redação. Concordaria que haver obras tem de haver uma transmissão de direito de superfície, mas com estes considerandos não. Nesta situação o Partido Socialista vai-se abastecer. Muito obrigado.”

O deputado Arménio Leite Marques continuou os trabalhos:

“Senhor presidente da assembleia, excelentíssima mesa, senhor presidente da câmara, senhores deputados.

Venho aqui para louvar a atitude do senhor presidente da câmara. Parabéns. Parabéns, porque o senhor presidente tratou de legalizar as coisas. Quando falamos pela primeira vez sobre a contração do empréstimo, disseram na altura do Partido Socialista que era fazer “filhos em mulher alheia” e eu respondi que não, porque o município já era proprietário de parte do património. O município tinha já comprado aos bombeiros voluntários 14 mil metros quadrados, o clube desportivo tinha 19 mil. Este direito de superfície agora proposto está com documentos corretos. Em tempos recebi o terreno para os bombeiros, enquanto membro da direção, o mesmo aconteceu com o do futebol, enquanto membro da assembleia do desportivo. Foi levar do documento ao CDT à direção de então. Por desconhecimento, o contrato “feito foi um pouco no ar”, não acho que tenha havido qualquer má intenção. Felizmente a câmara atual tratou de fazer o que deveria ter sido feito à época. Devemos tratar das coisas como elas são e com verdade. Não tinha havido registo do património doado, o mesmo se tinha passado com o recebido pelos bombeiros, apesar de todas as obras já feitas, vindo o mesmo a ser registado mais tarde. Quanto à obra não ser de todos, quero dizer que em dias de festa das escolas vejo aquilo



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 21 de setembro de 2015

cheio de gente, a sede do concelho tem 2 ou 3% daqueles que lá andam, os outros são do resto do concelho. Quem é que proibiu algum clube do concelho de fazer ali uma festa? Basta pedir. O orgulho de certos indivíduos que fazem parte das direções dos clubes é que não sabem tratar das coisas. Sempre houve rivalidades entre clubes. Devemos trabalhar todos pelo mesmo ideal”.

De seguida, o deputado António Dinis interveio:

“Agora percebi que a situação anterior não estava corretamente concluída. A minha questão é se votarmos esta proposta não iremos estar a sobrepor uma anterior que já tinha sido aprovada? Pelo que concluiu é para resolver uma situação que não estava corretamente concluída. Inicialmente era para me abastecer, visto ter dúvida sobre a fundamentação. Agora se é para resolver fases do processo que não ficaram concluídas, o CDS/PP irá votar favoravelmente”.

O deputado Manuel Veiga tomou da palavra.

“Mais uma vez venho referir o que foi dito na anterior assembleia, quando foi falado a questão do financiamento. Com a responsabilidade no município e na defesa dos munícipes e não na defesa do CDT, com o devido respeito que tenho pelo clube, acho que continua a não haver por parte do desportivo nada que venha favorecer o concelho. Mais uma vez a derrapagem em termo dos valores. Inicialmente a minha abstenção, na anterior votação, teve a ver com o desdobrar para as duas despesas. Desta forma, mais uma vez, vem-se dar um apoio indireto ao um clube desportivo”.

O presidente da câmara explicitou:

“Quero que não haja qualquer dúvida, nem falta de pormenor sobre as questões que estão em cima da mesa. O pior que pode existir é fazermos passar a ideia de que aquilo que não foi dito, foi dito e das piores que podem fazer é tentar fazer confusão com números e em particular com financiamento.

Há quem queira fazer um cenário de que há derrapagem, porque é este montante e agora é outro. Vamos lá por as coisas claras como sempre foram. Quando trouxemos a estratégia de investimento no complexo João Cardoso com a justificação de que tal era



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 21 de setembro de 2015

imprescindível para poder acolher jogos da 1ª Liga, o presidente da câmara disse e reafirmo que o montante de investimento não seria superior a 2 milhões de euros. Em junho perante a eventual possibilidade de se obterem eventual financiamento para as obras, em regime de overbooking, no estádio João Cardoso, expliquei que se tal ocorresse todo o financiamento que se obtiver tem de ser amortizado no empréstimo. Foi perante esta razão que do ponto de vista da estratégia de gestão seria mais sensato desmembrarmos esse empréstimo para dois fins, um para o estádio e outro para a circular de acessos ao estádio. Por isso é que desmembramos o empréstimo em duas rubricas, reservando 1,4 milhões para o estádio e 600 mil para a circular. Nunca nessa altura, o presidente da câmara disse que a obra do estádio custava 1,4 milhões. Sempre foi dito que não ultrapassaria 2 milhões. O concurso foi lançado pelos valores conhecidos. Para além da empreitada, o município fez trabalhos preliminares, preparação da sala de imprensa, um ajustamento nos balneários. Mesmo assim sempre longe dos 2 milhões.

O contrato de direito de superfície feito em 2004, também acredito senhor Arménio que foi feito com boas intenções, o clube à época registou matricialmente um bem, mas não conseguiu fazer o registo predial por haver outro registo em nome de herdeiros de João Cardoso. O notário privativo do município celebrou um contrato de direito de superfície com base nos dados que lhe foram fornecidos, mas inconclusivo por não ter sido averbado em sede de registo predial. As pessoas atuaram com boa-fé. Se o documento estivesse completamente conforme, estaríamos a discutir uma prorrogação do direito de superfície. Ora preferimos clarificar toda esta operação. Registrar a doação da família ao clube desportivo de Tondela, de seguida averbar o registo a favor do Desportivo e de seguida averbar o direito de superfície a favor do município. Este direito de superfície é feito por 25 anos sem custos e abre-se a possibilidade de poder ter prorrogações por múltiplos de 5 anos.

Questões preambulares: ter este preambulo. Quando aprovamos a estratégia de investimento, queríamos dotar o estádio João Cardoso das condições necessárias para poder acolher jogos da 1ª liga. Para o poder fazer há razões de gestão que não podem ignorar-se, este complexo desportivo pode ser utilizado por outros clubes desde que não colida com o plano de utilização da equipa principal que tem um campeonato nacional à



Handwritten signatures in blue ink.

sua frente. Se amanhã não estiver, será o estádio que estará disponível para aquele clube que nessa circunstancia melhor posicionado estiver para representar o concelho. O estádio está ao serviço do concelho com a salvaguarda de que tem em primeiro estar disponível para acolher os jogos da 1ª liga e do calendário que tal obriga. As obras ocorridas no Bairro Novo de Nandufe, existem pelo facto de existirem escalões de formação em escalões nacionais, caso contrário aquela infraestrutura com aquelas condições não teria sido feita nos termos em que está”.

Não havendo mais intervenções foi colocado à votação, que foi aprovado por maioria com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Almeida Dias, António Pereira, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Armando Laranjeira, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira e José Manuel Mendes. E as abstenções dos membros: Joaquim Santos, Marta Marques, Jorge Batista, Ana Rita Rosa, Manuel Veiga, Jorge Marques e António Sérgio Almeida.

2.5. Análise, discussão e votação da Declaração de interesse público municipal da pedreira nº 4675 - Senhora da Esperança

O presidente da câmara explicou o documento:

“Senhor presidente da assembleia.

Esta declaração de interesse público municipal é uma competência da assembleia municipal sob pena caso não seja concedido o licenciamento não poder ocorrer. Na revisão do PDM de 2011 foram definidos os limites da exploração que agora estão em causa. Qualquer exploração como esta tem um enquadramento ambiental e quando um dia esta unidade deixar de laborar tem de implementar esse projeto para regularizar a área que está a intervir.”



Não havendo intervenções, o documento foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Marta Marques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Almeida Dias, António Pereira, Ana Rita Rosa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Armando Laranjeira, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida

2.6. Análise, discussão e votação da prorrogação da suspensão do Plano de Pormenor do Parque Industrial da Tondela (PPPIT) e consequente estabelecimento de medidas preventivas

O presidente da câmara interveio:

“Aquando da apresentação dos investimentos do Parque Industrial de Tondela e principalmente da Bodum, o plano de pormenor da ZIM defendia e defende que a área de implantação não pode ser superior à área do lote em 50%. Na altura para viabilizar este investimento, suspendeu-se o plano de pormenor, que foi aceite pela CCDRC. Considerou-se a área de não edificação incluindo áreas verdes, passeios e afins. Neste conceito a regra da proporção já não se encontra ferida de 50%. Ora, o município tem de adequar a deliberação de 28 de junho de 2013 e regularizar o plano de pormenor. A suspensão foi feita pelo período de dois anos, prorrogável por mais um. Atendendo que o município não concluiu este processo, propõe-se a prorrogação por mais um ano.

A adequação do plano servirá igualmente para possibilitar a expansão da ZIM, que se pretende efetuar.”

Não havendo intervenções, foi a prorrogação do plano do pormenor colocada à votação, que foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Marta Marques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Almeida Dias, António Pereira, Ana Rita Rosa, Manuel Veiga,



Jorge Marques, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Armando Laranjeira, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

2.7. Análise, discussão e votação da atribuição de apoios por danos ocorridos no Grande Incêndio do Caramulo de 2013

O presidente da câmara tomou da palavra:

“Consequente aos incêndios de 2013, o estado Português acionou o INE para fazer um relatório inquérito, junto dos proprietários que viram os seus bens ou infraestruturas atingidos pelo incendio. Os dados recolhidos ficaram aquém dos 500 milhões de euros para acionar o Fundo de Emergência da Comunidade Europeia. Desta forma, não houve da parte dos recursos públicos apoio para as famílias que tiveram, por exemplo, os tubos de rega ardidos ou equipamento ou alfaia agrícola e indispensável à sua atividade. Naturalmente, acho que temos de ser solidários não só nas palavras, mas também nos atos. Verdadeiramente, acresce aqui uma questão adicional, se tivéssemos uma rede pública de abastecimento de água a São João do Monte ou Mosteirinho seguramente muitas destas pessoas não necessitariam de algumas captações de água para abastecimento próprio. É verdade que esse investimento nunca será rentável, por isso nós sabemos que não é defensável uma rede de água para povoações com pouca população. Isto levou-nos, em articulação com o senhor presidente da União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho a propor a constituição de um fundo para apoiar estas famílias. É uma competência da câmara municipal a atribuição, mas é uma competência da assembleia municipal a constituição do fundo. Ora o que estamos a propor é que o levantamento feito pelo INE que ronda 95 mil euros a constituição desse fundo, para que 75% deste montante seja suportado por apoio público do município.”

Não havendo intervenções, foi colocado á votação, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Marta Marques, Vera



Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Almeida Dias, António Pereira, Ana Rita Rosa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Armando Laranjeira, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

2.8. Outros assuntos de interesse para o Concelho

Iniciando este ponto, o senhor presidente da mesa questionou o deputado Manuel Veiga se a moção apresentada mantinha-se ou tinha sido alterada. O referido membro da assembleia informou que tinha sido alterada, pelo que passou à sua leitura e que se anexa com o número 8.

Não havendo intervenções foi colocada à votação, que foi aprovada por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Marta Marques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Almeida Dias, António Pereira, Ana Rita Rosa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Armando Laranjeira, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

O deputado João Carlos Antunes ausentou-se por motivos inerentes ao atendimento da Junta de Freguesia de Canas de Santa Maria.

De seguida o presidente da mesa lembra que existe uma segunda moção sobre a água, entregue pelo deputado Joaquim Santos no período das atividades da câmara, para votação.

O deputado Sérgio Rodrigues interveio, de seguida. (anexo 9). Informou, que sobre a moção, o grupo parlamentar do PSD irá votar contra.

Seguidamente, o deputado António Dinis tomou da palavra:



“Sobre este assunto, o CDS já manifestou oportunamente as suas dúvidas e as nossas inquietações em relação ao valor da água que é paga no concelho. Não vou entrar nesta discussão. De qualquer forma, queria deixar uma questão ao senhor presidente da câmara, esteve em discussão pública este regulamento, houve várias pessoas, a título individual e organizações que deram alguns contributos e levantaram algumas questões. Gostaria de saber se a câmara procedeu a algum contributo relativamente a esse regulamento? Se sim, que nos desse conta desse contributo”.

Continuou os trabalhos, o deputado Joaquim Santos:

“Senhor deputado Sérgio explique-me o que é que o PS inviabilizou acerca de umas taxas de apoios às famílias? Acho que o senhor não deve ter estado cá. Mesmo que não estivesse, tinha obrigação, como líder parlamentar do PSD, que no mínimo lesse as atas para ver o que lá está acerca disso.

Quanto às competências da AMRPB, terá obviamente as suas competências. Nós não conhecemos, porque não encontramos documentação das buscas que foram feitas, dos pedidos feitos às atas municipais, não há nenhuma competência sobre isto transmitida pelas câmaras municipais, nem das assembleias municipais à AMRPB. Muito menos, para presidentes que não têm nada a ver com isto, como já dissemos. O PSD demonstra-se, agora, muito preocupado com a demora das respostas. Nunca vos vi a tomar nenhuma atitude positiva, foram sempre reativos e essa reatividade, muitas vezes, foi contra as posições do Partido Socialista, que não são oportunistas nem querem tirar dividendos políticos. Já desafiei todos os partidos para tirar os dividendos políticos que nós também queremos tirar, é fazer com que a água baixe no nosso concelho. Aproveitem essa oportunidade. Tal como já dissemos aos 5 presidentes, que constituem o conselho executivo do Planalto Beirão, porque nenhum deles é responsável. Nenhum deles assinou este negócio. Foram outros cinco. Se há algum espírito de corporação entre o atual conselho executivo e o anterior? O problema não é meu. Não deveria haver, porque quando se está em democracia não há corporações, sobretudo com esse sentido. Veio, também, para aqui, o senhor presidente da comissão política do PSD, dizer que se deve avisar as 5 câmaras municipais. Que esperem. É isso que dizemos na nossa moção. Que não se metam nisto, que não aprovelem este regulamento. Queremos apenas isto ou não



Cecilia
João
Se

ouviu bem? Em conclusão o PSD não é solução. As atitudes do PSD ao longo destes últimos anos em que este assunto começou a ser discutido, tem sido parte do problema e não tem apresentado uma única solução. E agora vai propor o quê? Não percebi muito bem o que é que o PSD vai propor. Que baixe a água? Até fala que os municípios não têm dinheiro para pagar a dívida. Mas qual dívida? O que está em causa é a legalidade daquela adenda que foi feita e que os tribunais têm de se pronunciar, que os senhores sempre se opuseram a isso. Por coincidência ou não os cinco presidentes que fazem parte do conselho de administração são os cinco presidentes dos municípios que são abastecidos pelas Águas do Planalto, e dar-lhes-ia mais força para levar este assunto a tribunal. Estas coisas de estar em tribunal não acontecem por acaso. Foi porque alguém o fez, com direito que nos assiste. O Planalto Beirão quando diz que não tem dinheiro para arranjar uma equipa de advogados isenta e competente, mas teve dinheiro para pagar à Deloitte 80 mil euros para fazer uma avaliação se a fórmula de cálculo do valor da água estava ou não a ser bem aplicada em relação à cláusula da adenda de 2007 e o resultado não foi conclusivo. Isto foi o que me foi dito pelo senhor presidente da Associação de Municípios. Não há dinheiro para advogados, mas há dinheiro para à Deloitte, para chegar à conclusão que não sabem se estava a fórmula estava ou não a ser bem aplicada e há uma maneira de rescindir o contrato que é pagar os 40 milhões. Isto é um puro disparate. Isto é má gestão do Planalto Beirão. Isto é não estar ao lado dos contribuintes, de quem consome água. Apesar de alguns virem para aqui dizer que a água é muito barata, que até deixaram de comprar água engarrafada para beber água da torneira. Eu não a bebo, porque cheira muito a cloro. Aqueles que dizem isso não pagam água, continuam com os seus poços, tem o seu direito. Mas se reparem bem o regulamento vejam o que diz acerca disso, também é contra vós que não consomem água. Por 15 m³ de água em Lisboa paga-se 13€ e em Tondela pagamos 31€. São custos da interioridade? A água é mais fácil de explorar do que em Tondela? As empresas lá não tem lucros? Apesar de tudo, prefiro águas privadas do que águas concessionadas. O senhor presidente do conselho de administração das Águas do Planalto disse numa reunião, promovida a nível nacional pela câmara municipal de Coimbra sobre este assunto, onde estive, que era contra a privatização da água. Pudera, tiram-lhe o pão. O preço dos privados é muito mais barato do que os preços



dos concessionados. Uma concessão é pior do que uma PPP. É um fundo de investimento. Vejam-se os resultados que tem tido as Águas do Planalto.

Esta moção diz isto. É apenas uma tomada de posição. A moção apenas pede que nós, enquanto município, não deixemos que outros decidam por nós. Que o presidente de Seia, de Viseu, São Pedro do Sul, dos outros 14 concelhos do Planalto Beirão não decidam por nós. Não tenho culpa que durante estes anos todos que não houvesse regulamento. Agora não pudemos tolerar, como assembleia municipal, porque está em causa a nossa dignidade, é que deixemos aprovar um regulamento que nos diz respeito a nós e que nos deixemos que nos tirem o direito de sermos nós a aprová-lo. É isso que se pretende, mais nada. Hoje não estamos a dizer que a água é cara. Todos concordam, até o senhor finalmente. Muito obrigado".

Seguidamente, o deputado Manuel Veiga interveio:

“Mais uma vez boa tarde. Só para clarificar a intervenção inicial, não a compreendi. Preocupa-me um bocado ser a favor da água privada. Sempre em defesa da água pública. A questão de estar concessionada, claro que também é uma proximidade da privatização, porque uma e a outra são quase semelhantes”.

De seguida, interveio o presidente da câmara.

“Até 1991, o Decreto-Lei 46/77 impedia a atividade económica de captação, tratamento ou distribuição de água a empresas privadas. O que surgiu com a constituição da Associação de Municípios foi dar sequência a que só os Municípios ou por intermédio de Serviços Municipalizados, ou de Associações de Municípios é que podiam prosseguir esse fim. Com a constituição da Associação de Municípios, os cinco municípios em 1995 transferiram para a Associação de Municípios o direito de esta os representar na concessão de sistema de captação, distribuição e gestão da rede de água. Os municípios quando transferiram esta competência disseram-no que transferiam esta competência mas em sede da Associação de Municípios só eles é que votavam? Não. Os municípios transferiram essa competência, não reservaram para si um direito especial e colocaram no universo de todos os municípios da associação a possibilidade da associação lançar um concurso para selecionar um parceiro para a concessão da rede de água. É esta questão,



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 21 de setembro de 2015

deputado Joaquim Santos, que tem de ser avaliada. Podemos ter várias interpretações e gostos, mas embatemos sempre na moldura jurídica e formal. Em 1995, quem lançou o concurso de concessão não foram cinco municípios, foi a associação de municípios e esta não era representada por cinco municípios. Não houve uma reserva de direito sobre esta matéria. Não basta perguntar o que é que o presidente faz ou pensa. O senhor pode ter uma visão o mais próxima possível do utilizador pagador, mas garanto-lhe que não terá mais preocupações do que o presidente da câmara em garantir um sistema mais eficaz e com o menor custo para o utilizador. O problema é saber se o pode fazer e quais são as amarrações que tem. A carta que o Partido Socialista, com toda a legitimidade, manda a cinco presidentes de câmara, num caso, e a catorze noutro caso, é uma matéria que competirá, a quem juridicamente tem de se pronunciar, para saber se há legitimidade, para poder haver essa interpretação pela precedência, é que em 1995 quem lançou a concessão foi a Associação de municípios e não 5 dos 19 municípios.

Temos perante nós, uma concessão, que pela mesma razão de 1995, em 2007, dez anos após o contrato inicial estar em vigor, tem uma prorrogação. A pergunta que tantas pessoas têm feito é: esta prorrogação feita em 2007, quando ainda faltava alguns anos para terminar, e que foi prorrogada por mais quinze anos em cima dos anos que faltavam, o que nos leva até 2027, é legítima ou ilegítima? Esta é a única questão que existe. A prorrogação era possível? Era, desde que não se altere substantivamente e de forma não adequada as condições de origem. O que existe é a necessidade de os tribunais, em particular o Tribunal Administrativo e Fiscal dizer de uma vez por todas se entende que esta prorrogação de 2007 está ferida de legalidade ou se ela é legítima e como tal tem de se interpretar como normal. Esta é a questão que se tem de clarificar, todas as demais são jogos de circunstância, de aproveitamento pontual ou de motivações adicionais. Não está em causa saber se era ou não competente a assembleia intermunicipal. Ela passou a ser competente a partir do momento que em 1995 as decisões foram feitas nesse colégio universal. Por isso considero despropositada a questão que agora se coloca saber se os outros 14 tem ou não legitimidade para se pronunciarem. O que é importante é que precisamos serenar estas matérias e para tal temos de definir uma estratégia. O presidente do município de Tondela e estou convencido que os seus colegas membros do conselho de administração do Planalto Beirão, não deixarão de ter uma estratégia para seguir assim



que se perceba e se saiba qual é a interpretação do Tribunal Administrativo e Fiscal. Esta questão é determinante.

A prorrogação feita em 2007 tem que adequar o serviço de distribuição de água, de acordo com o Decreto-lei 194/2009 de 20 de agosto, tem de ter um regulamento de serviços de abastecimento público. O que me parece que é um ato de extrapolação e de criação de um facto político é dizer-se, como foi dito nesta assembleia municipal à época, que criar um regulamento é “branquear” o aditamento de 2007. Isto não posso aceitar. Não aceitei nesta assembleia e se bem se lembra a iniciativa que tomei de não prosseguir com aquele regulamento não teve a ver com outras questões que não fossem aquilo que eu sabia que o Partido Socialista em particular o deputado Joaquim Santos fariam na hora a seguir, que era dizer algo absolutamente falso, mas quando nós queremos sabemos passar factos falsos, que era dizer que o presidente da câmara tinha branqueado um contrato de 2007. Disse aqui na assembleia que nunca lhe iria permitir essa situação.

Dito isso, pelas razões de 1995, é entendimento jurídico que o órgão que tem de promover a discussão do regulamento de serviços é a assembleia intermunicipal como fez lançando em discussão pública, por ter eficácia externa. Deste modo qualquer cidadão nos trinta dias de discussão pública tem o direito legítimo de se pronunciar sobre o documento. De seguida, todos os contributos tem de ser remetidos à ERSAR. Não é o Joaquim Santos que escreveu à ERSAR. A ERSAR por força da lei tem de se pronunciar sobre todo e qualquer regulamento de serviços. Não foi o facto de se dirigir à ERSAR que leva-a a ter de se pronunciar. Está escrito na lei. O regulamento é uma proposta base, tem de ter trinta dias de discussão pública, todos os contributos tem de ser acolhidos para acompanhar a discussão pública e remetidos à ERSAR. É a ERSAR que tem de se pronunciar. Se me perguntarem até fico confortável, porque se até agora a ERSAR pressionava a Associação de Municípios pelo facto de não ter um regulamento de serviços, a partir de agora está nas suas mãos ter de analisar os documentos que têm. Embora esteja convencido que tudo o que estou a dizer não terá o devido acolhimento por parte do Joaquim Santos, mas respeito-o nessa perspetiva. No entanto, não é o regulamento de serviços que irá “branquear” o contrato de 2007. Não estranhará que por minha iniciativa tenha sido colocado no preâmbulo desse documento precisamente que



Cláudia
23
23

jamais este regulamento irá branquear ou será um obstáculo para a clarificação judicial que se pretende sobre este processo.

Temos deste modo, de um lado um documento que visa dar cumprimento ao Decreto-lei que obriga a regulação de um instrumento para o serviço de abastecimento de água. Há contributos de movimentos ou de munícipes. Esses contributos tem de ser compaginados à luz da ERSAR. E a ERSAR dirá se aquele regulamento regula ou não o serviço. Em nada este assunto tem a ver com a outra questão que é a da legitimidade de fazer uma prorrogação nos termos em que está feita. Essa é a única questão jurídica. Por isso, julgo que todas as assembleias municipais deveriam no respeito da independência dos órgãos judiciais que estes se pronunciassem com rapidez acerca da avaliação, da natureza formal e jurídica ocorrida em dezembro de 2007. Sem isto ocorrer, nós não faremos outra coisa que não seja assistir a algo que serve para algum campo de manobra política, mas que não resolve nada aos nossos concidadãos. As pessoas só terão possibilidade de perceber o que podemos fazer no fim de sabermos qual é a decisão jurídica desta questão. O interesse de todas as forças políticas em quererem atenuar os custos desta exploração.

Se partirmos do princípio que o quadro legal de 2007 existiu, que caminhos existem para podermos atenuar este custo? Existe um que é olhar para a fórmula de cálculo. Não é verdade que o estudo feito pela Deloitte não tenha nenhuma leitura. O estudo pretendia em primeiro lugar criar condições para instalar a comissão de acompanhamento, que é uma obrigatoriedade e que não estava instituída. A comissão de acompanhamento tem à luz da lei instruir relatórios anuais. O estudo da Deloitte procurava saber se existia ou não enriquecimento indevido à conta da TIR-taxa interna de rentabilidade dos capitais aplicados. O estudo é inconclusivo não porque não tenha sido um bom estudo, é que a fórmula de cálculo não tem só esta variável, tem uma outra variável que se chama número de clientes. A fórmula de cálculo foi feita no sentido do pressuposto de que os clientes cresceriam, coisa que não acontece. O que também pode abrir a porta para que se quisermos evocar uma revisão da norma de cálculo, também a empresa evoque uma revisão pelo facto de ter menos clientes do que aqueles que estavam espectáveis. Temos de olhar para o ponto geral do problema e perceber onde está o



interesse público e onde o interesse público deve estar a salvaguardar o interesse dos nossos concidadãos. Repito, temos dois caminhos possíveis ou se consegue demonstrar que na fórmula de cálculo há um ganho excessivo o que nos dará possibilidade de rever a fórmula de cálculo ou fazer o que se fez nas Parcerias Publico Privadas que é renegociar as condições da Parceria. Isso obrigar-nos-á a uma discussão pública de compromisso político. Eu estou cá para essa discussão. Agora não farei nunca uma discussão sem saber em que terreno estou a pisar. Por isso, julgo, que visando o interesse público precisamos saber de uma vez por todas se o processo é ou não legítimo. Se o é temos de abrir outro campo de discussão e estarei cá para fazê-la. Se não é, temos de perceber quais são as consequências que daí resultam, porque não acreditem que uma situação de nulidade ficaria sem consequências financeiras para o lado da concedente”.

O deputado Joaquim Santos voltou ao debate:

“ Senhor presidente quero em primeiro lugar que fique claro uma coisa, nunca me ouviu dizer, aqui, que o senhor queria, com o regulamento, branquear a adenda de 2007. O que foi dito aqui por mim aos senhores deputados foi que se aprovassem este regulamento, que foi apresentado, estariam a branquear a adenda de 2007, sabe que o pormenor faz toda a diferença, porque quem iria aprovar era a assembleia e não o senhor presidente. No entanto, senhor presidente, tanto estava em causa esse risco que mudaram o preâmbulo. Porquê? Consegue-me explicar porque é o mudaram? Mas ainda bem que foi mudado, porque com certeza foi o único, dos cinco presidentes, que ouviu motivos suficientemente fortes para que o pudesse fazer. Dou-lhe os parabéns por isso, tal como lhe dei os parabéns no final quando retirou o regulamento de votação.

Não é verdade que todas as forças políticas desta assembleia estejam interessadas na descida do preço da água. Voltemos a anos atrás, em que membros do seu partido votaram contra e disseram: “a água é muito barata, até deixei de comprar água engarrafada, até deveria ser mais cara”. Isto foi dito aqui por membros do seu partido. É branquear agora dizer que todos queremos a descida do preço da água. É muito fácil e tanto é muito fácil, é não tomar decisões, nem aqui, porque aqui é apenas uma tomada de posição. Tanto é, que esse tempo todo deu ao seu partido possibilidades para fazer um



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 21 de setembro de 2015

documento que ainda não percebi qual era o seu conteúdo. Quero aliás que quem o apresentou me explique.

Ninguém colocou em causa aqui, nem nunca falámos no documento de 1995, que foi legitimado por um concurso público. O preço da água era aceitável. Nunca ninguém reclamou. A partir de 2007, é que se reclama. É isto que está em causa. Sempre falámos na adenda, nunca falámos no contrato de concessão de 1995. Falamos sempre na adenda que foi feita com cinco anos de antecedência. Do nosso ponto de vista é ilegal, porque ainda não tinha acabado a concessão. Hoje passou-se aqui uma coisa semelhante no caso do direito de superfície do estádio João Cardoso, que agora o senhor corrigiu ao fim deste tempo todo, corrigindo para a legalidade. Foi um ato semelhante, este aqui é que não houve transparência, nem concurso publico. Mais, não me venha dizer que a ERSAR conhecia a adenda. O parecer do IRAR veio depois da adenda, como sabe. As coisas nunca batem certas. Não bate certo o que aqui foi dito pelos senhores representantes das Águas do Planalto, nem batem certo as contas. Os senhores tiveram oportunidade de ver o filme que apresentámos, no stand da nossa freguesia, onde, em 2009 se diz claramente pelo então presidente da câmara “temos aqui um investimento de 42 milhões de euros, dos quais 80% foram financiados pelos fundos de coesão, 32 milhões de euros. E vem para aqui dizer que não havia dinheiro, quando o fundo de coesão foram 22 milhões de euros. Dois anos antes tinham feito o tal negócio dos 22 250 milhões de euros que receberam da ERSAR dos quais 1 500 foram para os cinco municípios. Afinal para onde foi o dinheiro? Gastaram os 40 milhões? Gastaram os 29 milhões? Valor que está na placa da obra, que ainda lá está colocada. 32 milhões mais 22 milhões já vamos em 54 milhões. Afinal onde foi parar esse dinheiro? Não sei, não estou a dizer que alguém ficou com ele. Agora, tenho o direito e todos nós de saber para onde foi parar.

Só para terminar, gostava de ver o tal documento de 1995 onde as câmaras municipais passaram as competências para a Associação do Planalto Beirão, diferente do que eu tenho, porque não vi nada que houvesse essa transmissão. Independentemente da legitimidade dos 19 presidentes de câmara do planalto beirão, há uma coisa muito grave é que foram os 5 presidentes de câmara do conselho de administração que levantaram a situação e propuseram a votação. Não pode ser assim senhor presidente, mais valia estar



quietos. Bastava, aqui, nesta assembleia retirar o documento de discussão e ficaria tudo pacífico. Muito obrigado.”

O presidente da câmara interveio, de seguida:

“Só evoquei o documento de 1995 para lembrar quem aí tomou a decisão. É um pormenor informal que é importante, quem decidiu à época foram os 19. Só para dizer, porque é que agora independentemente das questões técnicas e políticas o regulamento deve ser aprovado por 5 ou por 19. É verdade que disse nesta assembleia: “se aprovarem este regulamento estão a branquear”. Indiretamente revejo-me, porque se sou eu que proponho o regulamento à assembleia municipal, revejo-me na expressão que utiliza. É por essa razão que avaliando se era competente a assembleia municipal ou se era competente a assembleia intermunicipal, o processo na minha opinião deveria sempre ir à assembleia intermunicipal. Mas foi por essa razão que sugeri e tomei a iniciativa que existisse um preâmbulo de natureza político, que ficasse bem explícito que não era o regulamento que está a legitimar ou a obstaculizar a avaliação técnica jurídica.

Questão de dinheiros e valores, toda a gente sabe e repito-o há investimento que foi o sistema de captação e distribuição em alta que tem um custo, alias têm todos esses dados. Há um conjunto de trabalhos, não financiados em fundos de coesão que estão definidos e que se prendem em particular com custos de fiscalização, com juros à banca, com pavimentações em muito locais e alguns bem próximos de nós, e com a receita de 1,5 milhões para cada um dos municípios. Estes dados são públicos. É obvio que se este montante de 7,5 milhões, se alguns pavimentações, se alguns encargos bancários não estivessem colocados dentro deste bolo financeiro, naturalmente que o modelo financeiro teria uma estrutura de custos bem menor do que hoje tem. Isso já é discutir a operação financeira. O que queremos e que deveria ser alargado a todas as assembleias municipais é que haja clarificação sobre a legitimidade da operação ocorrida em 2007. E se os tribunais se pronunciarem então estaremos cá para tomar uma estratégia em função dessa pronúncia. Agora estamos todos de mãos amarradas neste momento. Não é uma questão de convivência. Qual é a sua proposta nesta matéria? Renunciar o contrato? A concessionária e a concedente têm de ter um regulamento. Não quero incorrer por imprecisões. Agora, estou numa posição tranquila, está nas mãos da ERSAR. A ERSAR



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 21 de setembro de 2015

que diga se este regulamento serve, se deve ser complementado com os contributos que vieram ou se deve ser reformulado. Neste momento não há incumprimento perante a ERSAR, teve discussão pública e está nas suas mãos para se pronunciar. O regulamento é comum e partiu da base que a ERSAR publicou na sua página. No município também temos de avançar com o regulamento de saneamento, como um regulamento de resíduos. A ERSAR tem as três matrizes de regulamentos. O importante é saber qual o caminho a seguir. Temos de ter uma estratégia e saber quais são as consequências. Julgo que neste momento nenhum de nós pode implementar algo sem saber qual a opinião dos tribunais para que haja clarificação.

As deliberações de 1995 transferem para a Associação de Municípios as competências, se não existissem jamais a Associação estaria legitimada para assumir em si o contrato de concessão. Como é sabido, o senhor já fez questão de publicar a deliberação tomada na assembleia municipal com o então presidente da câmara Tenreiro da Cruz e com o então líder do Partido Socialista Luís Tenreiro da Cruz, onde um e outro trocaram argumentos sobre esta matéria. Repostando-se aí encontrará o dado que procura”.

O deputado Sérgio Rodrigues interveio:

“O Joaquim Santos solicitou a informação, o que pretendi explicar é que o PSD continua à espera da decisão dos tribunais sobre a questão que está em cima da mesa. No entanto, não sei como vamos fazer daqui para a frente, porque sempre que se argumentamos que estamos à espera da resolução, o Joaquim Santos vai arranjar um novo facto. Agora foi a 1995. Antes era a 2007. O que estamos à espera é da decisão dos tribunais.

Há pouco falou no vídeo, na minha opinião pessoal, acho que num stand de uma junta de freguesia colocar um vídeo que para mim é um bocado chocante, com toda a legitimidade que assiste a quem o coloca, não fica nada bem para quem representa os munícipes de uma terra”.

O deputado Joaquim Santos respondeu à intervenção do deputado Sérgio Rodrigues:



“O senhor deputado vem para aqui dizer estas coisas, mas não responde ao que lhe perguntei. O que é que o PS inviabilizou em termos de tarifas sociais? Quanto à Junta de Freguesia sabia que isto iria acontecer e não trouxe este assunto ao acaso. Já veio parar a esta assembleia municipal uma moção aprovada pela assembleia de freguesia onde se fala deste assunto e do preço da água. Mais, com a legitimidade que nos assiste está aqui o manifesto das eleições onde fala desta situação que levámos à FICTON, vou-lhe oferecer um e faça um igual para a sua freguesia”.

De seguida, procedeu-se à votação da moção apresentada pelo deputado Joaquim Santos, tendo a mesma sido rejeitada com os votos contra dos deputados: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio Santos, António Pereira, Gonçalo Pereira, António Lopes, António Augusto Ferreira, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Armando Laranjeira, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira e José Manuel Mendes. Abstiveram-se os deputados: António Dinis, António Almeida Dias e votaram a favor os deputados: Joaquim Santos, Marta Marques, Jorge Batista, Ana Rita Rosa, Manuel Veiga, Jorge Marques, e António Sérgio Almeida.

O deputado António Dinis apresentou a declaração de voto do CDS/PP:

“Nós abstivemo-nos, porque foi colocada uma questão que não foi respondida e ficámos sem ter resposta. Não nos quisemos comprometer com a posição votando favoravelmente, tanto mais que nalguns dos pressupostos aqui referidos, nomeadamente a questão do preço elevado da água, concordamos com ela e já o dissemos. Não nos podemos esquecer que estamos com esta conversa vai fazer em dezembro dois anos. Estamos a continuar a aguardar a decisão e os munícipes continuam a pagar”.

A deputada Vera Machado apresentou a declaração de voto do PSD:

“Dizer que votamos contra a moção, porque o Joaquim Santos alega que a assembleia intermunicipal não tem legitimidade para fazer o regulamento, no entanto há opiniões contrárias e nós entendemos que é possível. Por isso mesmo votamos contra.”

De seguida o senhor presidente da câmara respondeu ao deputado António Dinis:



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 21 de setembro de 2015

Cláudio
Jim
SP

“Só uma questão de pormenor e a última coisa que gosto é que as pessoas não estejam esclarecidas ou que se aproveitem dum suposto não esclarecimento para tomar uma posição cómoda que é dizer abstemo-nos nesta questão. A pergunta que foi feita é o que é que a câmara fez? E o que eu respondi foi que sobre todas as propostas seguiram para a ERSAR.”

O senhor deputado António Dinis replicou dizendo que a pergunta feita foi se durante o período de consulta pública a câmara tomou alguma diligência no sentido de se pronunciar sobre o regulamento e se dava o teor dessa posição.

O senhor presidente da câmara respondeu que não tinha havido nenhuma pronúncia da câmara municipal sobre o regulamento.

Após a resposta do senhor presidente, o deputado António Dinis alterou o seu sentido de voto votando favoravelmente a moção apresentada pelo Partido Socialista.

Seguidamente, o presidente da mesa colocou à discussão a recomendação apresentada pelo deputado Sérgio Rodrigues.

O deputado Joaquim Santos interveio:

“O que quero que me respondam é se realmente temos legalidade ou competência para questionar os tribunais? Não posso votar a favor, porque isto é uma ingerência, um aproveitamento político. Se tivessem bom senso retiravam isto. Não passa de uma brincadeira de muito mau gosto. E, ou o senhor a retira, que não é obrigado a isso, ou senão vamos tomar uma posição pública acerca disto e não vai ser a brincar. Muito obrigado”

O deputado Sérgio Rodrigues replicou:

“Esta recomendação era no sentido de fora de ingerências sem qualquer tipo de pressão e no sentido de ver se de uma vez por todas o PS deixa seguir o caminho que os tribunais devem seguir, era uma proposta de entendimento sobre esta questão para deixarmos os tribunais decidirem com a maior celeridade possível. Não tenho qualquer questão, nem tenho problema em perder a face se entende ou quiser entender levar lá para fora de que nós pretendemos pressionar os tribunais ou serviços judiciais, não pense. Isso



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária de 21 de setembro de 2015

não. Retiro imediatamente a proposta, porque a minha ideia era dizer ao PS: vamos deixar decidir de uma vez por todas os tribunais. Retiro-a, porque não lhe vou dar a possibilidade, como tantas vezes acontece querer transformar uma proposta de abertura em factos políticos, isso não”.

3-Período aberto ao Público

Não havendo intervenções, o presidente da mesa deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata para constar.

O Presidente da Assembleia: Carlos Coelho

O 1º Secretário: Alexandre S

O 2º Secretário: Sandra Teresa Almeida Gonçalves

MOÇAMBIQUE

anexo 1

Cláudio
S. J.

Sobre a Situação dos Refugiados e Imigrantes na Europa

Face à dimensão do drama humano do movimento de refugiados e imigrantes oriundos de várias regiões do continente africano e Médio Oriente, a CDU:

1 – Realça que estes movimentos migratórios e de imigrantes são autênticas fugas à pobreza, à guerra e à morte. As centenas de milhares de seres humanos e de famílias inteiras que arriscam a vida em luta pela sua sobrevivência carregam consigo histórias dramáticas de vida. O seu inalienável direito à vida e à dignidade é um princípio basilar consagrado na Carta das Nações Unidas.

2 – Sublinha que esta dura realidade é uma dolorosa demonstração do carácter desumano, explorador e agressivo do sistema dominante – o capitalismo, e tem causas e responsáveis: os processos de desestabilização em vários pontos do globo e as guerras de agressão imperialistas, a política de domínio económico e de saque dos recursos naturais.

3 – Considera que o Estado português deve, por razões humanitárias e por obrigação constitucional, tomar as medidas para dar o devido acolhimento a refugiados e imigrantes numa expressão da solidariedade do Estado português para com os povos vítimas das agressões e políticas anteriormente referidas. Um acolhimento que permita a integração plena, nos planos social, económico, laboral, dos direitos à saúde e à educação.

4 – Deplora a forma como a União Europeia reage a esta realidade, identificando no direito à sobrevivência de milhões de seres humanos uma ameaça, abrindo campo ao racismo e à xenofobia e às acções criminosas de grupos fascistas. Deplora a visão de total discriminação na resposta a dar aos problemas humanitários colocados a pretexto da distinção entre refugiados e migrantes e condena frontalmente as visões e declarações, nomeadamente de partidos políticos portugueses, que a pretexto do drama humanitário criado pelas políticas dos EUA, da NATO e da União Europeia apontam o caminho de novas aventuras militares no Médio Oriente e no continente africano.

5 - Considera que a resposta necessária a esta situação passa obrigatoriamente pelo respeito dos direitos humanos, incluindo sociais e laborais, e do direito dos povos ao desenvolvimento; pelo abandono da política de repressão e de militarização desta questão – que apenas aprofunda as causas e alimenta as redes de imigração ilegais; pelo desenvolvimento de uma política humanitária de apoio aos refugiados e de respeito pelos direitos dos migrantes e pelo combate às causas da imigração em massa - ou seja pelo fim das políticas de guerra e ingerência, pelo fim das políticas neocoloniais de exploração dos povos e países de África e do Médio Oriente, pelo respeito da soberania e independência dos Estados, pelo decidido combate à pobreza e por políticas de real solidariedade e cooperação para o desenvolvimento dos países economicamente menos desenvolvidos.

6 – Recomenda à Câmara Municipal que, no quadro de um plano da responsabilidade do Estado central, se integre no esforço de integração destas vítimas, honrando as tradições de solidariedade e humanismo do povo do nosso concelho.

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal

Presidente da Câmara Municipal

Restante Mesa

Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal

Senhora e Senhores Vereadores

Comunicação Social

Senhoras e Senhores

Decorreu no 1.º fim-de-semana de setembro a 10ª edição do **CARAMULO MOTORFESTIVAL**, evento de referência e de relevância indiscutível para o Caramulo, a Freguesia do Guardão, o Concelho de Tondela e Região Centro; com algumas novidades este ano em relação ao anterior, a começar pelo destaque para o 2.º fim-de-semana o **Campeonato Nacional de Montanha**, e que foi mais um evento que marcou e projetou a região a nível nacional. Igualmente a oferta de estadia num conceito diferente do habitual – o *Gambling* – promovido por um dos finalistas do Tondela +10 (*Marta Antunes*), foi um caso de sucesso durante aquele fim-de-semana. “*Inovar*” e “*crescer*” para o próximo ano, são palavras que estão na boca dos responsáveis pela organização do evento.

Não queria pois, deixar passar o momento sem mencionar a excelente promoção territorial proporcionada por estes dois eventos, bem como a dinamização económica que lhes está associada.

Este evento, não seria o mesmo se o **hotel do Caramulo** não estivesse em funcionamento. É pois com enorme regozijo, que desde o dia 1 de Agosto aquela unidade hoteleira se encontra novamente em funcionamento, fruto do trabalho incansável por parte do Município de Tondela em negociações entre o anterior e o atual grupo hoteleiro. Espera-se assim que o hotel do Caramulo e o grupo hoteleiro que está a fazer a sua exploração seja uma pedra basilar para o desenvolvimento da Serra do Caramulo e do Concelho.

Abriu portas também a 1 de Agosto, o **empreendimento turístico nos Jueus – turismo rural** – e que vem também diversificar o leque de oferta na Serra do Caramulo. Instalado numa aldeia pitoresca serrana, e com uma oferta muito peculiar, espera-se que este seja mais um equipamento que dinamize a economia local e seja um promotor ativo do território.

São boas notícias, para a Freguesia do Guardão, que vê assim aumentada a sua capacidade de resposta aos desafios do futuro e acredita que aquela região tem muito mais para dar em prol do concelho!



Mas o potencial humano também é motivo de orgulho e reconhecimento:

- O **Cónego José Ribeiro dos Santos**, com os seus 100 anos de idade, faz o lançamento do seu livro **"Monstro Fabuloso Adormecido – acorda, irrompe e urbaniza..."**, obra de especial valor para quem esteve 56 anos ao serviço da Freguesia do Guardão e que retrata vivências das gentes serranas e a época áurea da estância sanatorial do Caramulo. A atribuição da Medalha Municipal de Mérito no passado dia 16 de setembro, é um galardão merecido e de reconhecimento pelo seu trabalho.

- Por fim, e não menos importante, é o facto do cabeça de lista às eleições para a Assembleia da República da coligação **"Portugal à Frente"**, pelo círculo eleitoral do Distrito de Viseu, ser natural do Concelho de Tondela e em particular da Freguesia do Guardão – **António Leitão Amaro** – sinal de reconhecimento das suas capacidades e trabalho desenvolvido, bem como do conhecimento profundo que tem sobre diversas matérias de Estado. Fica bem patente a notoriedade do Concelho de Tondela, também pela capacidade do capital humano disponível.



António Augusto Ferreira

21 | Setembro | 2015

ando

SP

FICTON 2015

Com grande brilhantismo decorreu de 11 a 17 de Setembro passados, a FICTON 2015. Tratou-se inequivocamente de uma realização de grande projeção económica e social, e na qual as nossas Associações culturais, desportivas e recreativas ocuparam lugar de destaque. No aspeto global, e independentemente do mau tempo dos últimos dias, que concorreu para que a FICTON 2015, não tivesse alcançado o maior número de visitantes de sempre Tondela e sua gente viveu intensamente este certame, demonstrando ao País, que as nossas capacidades empreendedoras e de grande competitividade, são hoje uma realidade que ninguém pode contestar. Estas características são também um corolário lógico das nossas classes dirigentes e empresariais.

Tudo correu bem na FICTON 2015 – muito público, programas musicais e culturais bem estruturados, exposições bastante diversificadas, comida excelente e variada servida pelas nossas Associações, e uma inauguração, que na minha perspetiva foi das melhor de sempre e com duas belíssimas intervenções do nosso Presidente da Câmara e do Senhor Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, Sérgio Monteiro.

Parabéns portanto à Câmara Municipal de Tondela, aos nossos empresários e dirigentes associativos, a todos os outros que colaboraram no certame, não esquecendo também, por elementar ato de justiça todos os funcionários do nosso Município, que com elevado profissionalismo e dedicação contribuíram para o êxito da FICTON 2015.

Abílio Rodrigues dos Santos



anexo 4
Azeite
S. J. S.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,
Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara,
Srs. Presidentes de Junta de Freguesia
Comunicação Social,

Aproxima-se um ato eleitoral derradeiro para a história democrática do nosso país.

Dia 4 de Outubro somos chamados às urnas para escolher o futuro primeiro-ministro e a estratégia que queremos para os próximos anos.

Alguns pensariam que não viríamos a terreiro, alguns achavam que as opções políticas que tomámos para retirar o país da bancarrota nos inibiriam de vir para a rua defender a estabilidade, o rigor, a sustentabilidade e o futuro do nosso país.

Enganaram-se redondamente, hoje como nunca, estamos convictos de que o caminho escolhido foi o correto, e os sinais dessa evidência estão à vista de todos.

Hoje podemos respirar de alívio, porque ao invés dos Syrizedefensores, aqueles que são anti-austeridade, mas que a



Handwritten signatures in black and blue ink.

aplicam de uma forma ainda mais implacável, podemos dizer-lhes que Portugal é diferente. Não foi necessário segundo, terceiro, nem mais nenhum resgate, e que não foi houve mais tempo e mais dinheiro.

Os indicadores expressam essa realidade, crescimento nas exportações, no consumo interno, no índice de atividade económica, no clima de confiança, enfim inúmeras variáveis que consolidam o esforço heroico dos portugueses.

Um dado muito relevante prende-se com a taxa de emprego líquido, ou seja o diferencial entre o número de empregos destruídos e o número de empregos gerados, performance essa que se destaca do resto da união europeia.

Claro está que este programa de ajustamento exigiu de todos os portugueses um forte empenho, claro está que alguns ainda não sentem esses sinais de recuperação que outros já experienciam, mas claro está também que eram insustentáveis as taxas de juro que nos obrigaram a pedir ajuda internacional, e que as empresas hoje têm claramente um ambiente favorável ao investimento, e conseqüentemente à criação de emprego e riqueza.



Alcides
Alcides

A segurança, a estabilidade, o rumo e o rigor destes quatro anos de governação devolveram ao nosso país a esperança que tinha desaparecido em 2011.

Caros deputados,

Outro dado que devemos ter em consideração no próximo dia 4, são os candidatos e a sua proximidade com o território.

A coligação Portugal à Frente no distrito de Viseu, apresenta como cabeça de lista um jovem natural de Tondela, de reconhecido mérito, alguém próximo e que conhece a nossa região como ninguém.

Penso que nos deverá orgulhar a todos o facto de o António Leitão Amaro ser o rosto desta lista candidata à Assembleia da República.

É a afirmação de Tondela na região, é valorização do nosso território e das nossas gentes, é a irreverência e a competência da juventude versus alguns cabeças de listas que só não se perdem no nosso distrito porque têm GPS.

Outros, por acaso ou não, não somam este argumento adicional para o próximo ato eleitoral.



Para terminar, queria reiterar que o que está em causa nas próximas eleições é a opção entre um primeiro-ministro rigoroso, transparente, sério, com sentido de estado, e um outro cuja única preocupação é a politica partidária, que é opositor ao próprio país, que diz determinantemente que não aprovará o Orçamento de Estado, deixando o país no caos.

A opção é entre alguém que no dia 5 está disponível para resolver a questão Segurança Social, e outro que não quer consensos e não sabe muito bem quais as prestações sociais não contributivas às quais estarão associadas novas condições de acesso.

Bem, diz-nos o passado recente, e caso António Costa mantenha a coerência e o discurso aquando das europeias, que quem ganha por pouquinho arrisca-se a fazer pouquinho...queira Deus que tal não aconteça.

Vera Machado

ANO 15


Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela

(de 6 de junho a 18 de setembro 2015)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Após a última Assembleia Municipal, no dia 8 de junho, realizaram-se diversas reuniões e ações, das quais se salientam as seguintes:

- com responsáveis das empresas: Sport Relva, Rui Costa e Sousa, Amadeu Gonçalves Cura, Golden Tulip, Civibérica (4 reuniões), I-SETE (Rede Leds / Candidatura POVT), EDP, Transdev, Securitas, Urbiágua, CTGA (Cadastro da Rede de Infraestruturas de Saneamento), MEO, Qbeiras, Joaninha, Irmãos Almeida Cabral;
- na assinatura do protocolo “Aproximar” no âmbito da criação dos Espaços Cidadão, e que contou com as presenças do Ministro-Adjunto do Desenvolvimento Regional, Prof Poiares Maduro e do primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho;
- com responsáveis das associações do Centro Cultural, Desportivo e Recreativo de Santiago de Besteiros e da Associação da Lajeosa do Dão;
- com responsáveis da CCDRC (5 reuniões);
- com responsáveis da empresa Cotefis, no âmbito da elaboração do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (8 reuniões);
- com responsáveis da ARS Centro;
- com o Sr. Arquiteto Paulo Almeida (2 reuniões);
- nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas de Tondela Cândido de Figueiredo e Tomaz Ribeiro (2 reuniões dos dois Agrupamentos);
- com responsáveis do Instituto Pedro Nunes (3 reuniões);
- no Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (2 reuniões);
- diversas visitas de trabalho, a saber, à freguesia de Campo de Besteiros, ao Clube Atlético de Molelos, seguida de reunião com a respetiva direção, às Termas de Sangemil, à União de Freguesias de Mouraz / Vila Nova da Rainha, Extensão de Saúde de Canas de Santa Maria, às obras no Complexo



Desportivo do Estádio João Cardoso, às obras de saneamento em Vila Nova da Rainha, à feira semanal de Tondela, às obras da Circular Poente, 3ª fase, aos edifícios “Oficinas de Artes Criativas” e “Serviços à Comunidade”;

- com o Sr. Diretor da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Tondela;

- com os Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia de Molelos, Barreiro de besteiros / Tourigo, S. João do Monte / Mosteirinho, Santiago de Besteiros, Dardavaz, Lobão da Beira, Vilar de Besteiros / Mosteiro de Fráguas;

- no Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões (4 reuniões);

- na assinatura do protocolo de apoio entre o Instituto de Segurança Social com a Cooperativa Vários, no quadro da residência autónoma desta entidade;

- na Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão;

- na deslocação a Lannemezan no âmbito da comemoração do XX aniversário do Acordo de Geminação com esta cidade francesa;

- com responsáveis da ADICES (3 reuniões);

- com responsáveis do ACES Viseu em conjunto com o Presidente de Junta de Molelos;

- com os diretores dos dois Agrupamentos de Escolas de Tondela;

- com responsáveis do Mais Centro;

- com responsáveis do AICEP;

- com responsáveis do POSEUR, em conjunto com representantes da CIM Viseu Dão Lafões;

- com representantes da Câmara de Comércio Luso-Alemã;

- com o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e presidente da direção do Clube Desportivo de Tondela;

- com herdeiros da família Corte Real;

- com o Revisor Oficial de Contas do Município;



- com os Presidentes de Câmara parceiros da ADICES;
- com responsáveis dos Bombeiros Voluntários de Tondela;
- na assinatura do Pacto de Desenvolvimento da CIM Viseu Dão Lafões em Coimbra;
- na Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- com responsáveis da Associação Comercial do Concelho de Tondela;
- na conferência de imprensa promovida pela CIM Viseu Dão Lafões para apresentação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial;
- na abertura e diferentes momentos da programação da Ficton.

Projeto Piloto Iluminação com Leds

Freguesias: Tonda (Lugar de St Amaro), Molelos (R. do Cemitério e R. do Fojo), Dardavaz (lugar de Dardavaz, R. da Escola – Outeiro de Baixo, R. da Igreja – Outeiro de Cima, R. da Portela - Alvarim), Lobão da Beira (Bairro do Casal e Largo da Ponte) e Barreiro de Besteiros (R. de S. João – Corveira)

Custo de indemnização à EDP pela substituição das lâmpadas de vapor a sódio será fator a ter em conta, uma vez que estes custos poderão ser bastante superiores à atual faturação, ou seja, a substituição das lâmpadas atuais por lâmpadas LED implicará um processo indemnizatório à EDP, cujo impacto financeiro é de avaliar. O mesmo não se passa na substituição das lâmpadas com mercúrio. Nestes casos não haverá lugar a indemnização.

O projeto piloto irá contribuir para um estudo económico-financeiro que permita aferir as vantagens da substituição da iluminação nos moldes atuais por lâmpadas LED.

Obras estádio



PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano assente obrigatoriamente nos seguintes domínios:

- Mobilidade
- Reabilitação urbana
- Apoio a comunidades desfavorecidas

No futuro próximo e no Quadro do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – PEDU, queremos reforçar e aprofundar esta estratégia, refuncionalizando e requalificando espaços degradados para acolherem mais jovens e novos projetos, capazes de reforçarem o trabalho colaborativo, tirando proveito de um ambiente germinador e estimulador de projetos, acelerando micro empresas, capazes de se instalarem nesta grande região.

--Delimitação da ARU – Área de Reabilitação Urbana

Circular Poente, 3ª fase

Reabertura do Hotel do Caramulo

Depois de meses de intensas negociações, estudos de mercado, e tendo por base um trabalho discreto e empenhado do Município, em colaboração com a Junta de Freguesia e com a entidade proprietária, foi possível alcançar o resultado que todos ambicionávamos e sempre defendemos, e que passou por reabrir, no passado dia 1 de agosto, esta unidade hoteleira, âncora do desenvolvimento económico e turístico do nosso concelho.

A nova entidade que está a fazer a exploração e gestão da unidade hoteleira, a empresa Golden Tulip, reconheceu o potencial deste investimento e é com muita satisfação que vemos o Hotel do Caramulo ganhar nova vida e traçar novos objetivos, um novo plano de requalificação, desenvolvimento e promoção que permitirá um incremento na sua posição estratégica.

O potencial de crescimento turístico, principalmente no mercado externo, tem de ser objetivo de todos nós. Desde sempre que o Município manteve a perseverança e determinação para que a vila do Caramulo se mantivesse como um território que corporiza uma estratégia económica e ambiental, nomeadamente na área do turismo e do património natural, onde naturalmente se incluem outros importantes equipamentos, como sejam o Museu do Caramulo, serviços de restauração e estruturas educativas.

Ficton

FICTON, Feira Industrial e Comercial do Concelho de Tondela, que se realizou entre os dias 11 e 17 de setembro (excepcionalmente estendeu-se o período do certame por mais um dia, na sequência do cancelamento do programa no espaço Ficton no dia 15 de setembro devido ao mau tempo que assolou o concelho nesse dia) e que constituiu, em mais uma edição, a grande mostra das potencialidades económicas da nossa região.

Referência regional, regista níveis de prosperidade e projeção que atrai à cidade inúmeros visitantes. Tem como missão principal o incentivo à economia local, gerando dessa forma riqueza e diferenciando o território. A dinâmica ímpar do Concelho de Tondela é reflexo da iniciativa das suas empresas e das suas gentes, sendo as festividades do Concelho um momento alto para a promoção do território.

A edição de 2015 reafirmou a vitalidade, a competitividade e a notoriedade deste território, deixando vincadas as marcas de unicidade e singularidade que potenciam os recursos locais e contribuem para a construção desta Região de Bem-Estar.

Permitam-me que destaque alguns momentos da programação deste ano:

- A sessão oficial de abertura contou com a presença do Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Dr. Sérgio Monteiro, e antecedeu a Festa do Frango, para a qual todas as tasquinhas, representativas do movimento associativo concelhio, foram convidadas a confeccionar o prato com frango, produto de excelência da nossa região;
- A apresentação da nova Associação Comercial do Concelho de Tondela, que se constitui um importante parceiro para a promoção e valorização do comércio e serviços do nosso concelho, apoiando estratégias que possam captar novos recursos comunitários e articular estratégias comuns que reforcem o potencial comercial e os serviços locais;
- A sessão oficial de comemoração do 33º aniversário da Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar, que foi antecida pela homenagem aos mortos na Guerra no Ultramar junto ao monumento evocativo;
- A sessão de entrega dos prémios aos melhores alunos do concelho, justa homenagem e reconhecimento a todos os alunos que, pelo seu mérito, se destacaram no saber, no conhecimento, na interajuda, no companheirismo, na solidariedade, na amizade.
- O dia do Feriado Municipal, que para além dos momentos simbólicos associados à evocação do feriado, das festividades religiosas em honra de Santa Eufémia e do aniversário dos Bombeiros Voluntários de Tondela, ficou também marcado pelas inaugurações do edifício “Serviços à Comunidade”, com a presença do Sr. Bispo D. Ilídio Pinto Leandro, e do edifício “Oficinas de Artes Criativas”, presidida pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Dr. Castro Almeida.

O edifício “Serviços à Comunidade” virá colmatar uma lacuna sentida há muito tempo, onde podem ser prestados serviços de apoio à formação, atividades culturais ou sociais, além de permitir o acolhimento enquanto casa mortuária. Obra que tem uma resposta ecuménica, que servirá a população das diferentes confissões religiosas.

O espaço “Oficinas de Artes Criativas” constitui um novo e moderno centro vocacionado para a produção cénica, para a formação e para o trabalho

inovador associado ao co-working (trabalho em espaço comum) e às Industrias Criativas.

De seguida, e neste espaço, teve lugar a Sessão Oficial Evocativa do Feriado Municipal com entrega de Galardões Municipais, nomeadamente Medalhas de Mérito Municipal, que, este ano, homenagearam o Cónego José Ribeiro dos Santos, a bióloga e investigadora Milene Matos e à instituição Casa do Povo de Tondela.

Handwritten signatures in black and blue ink, located in the top right corner of the page. The black signature is on the left, and the blue signature is on the right.

Situação Financeira do Município de Tondela

INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 14 de setembro de 2015.

1 – RECEITA

1.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: 01-01-2015 a 14-09-2015

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (71,51%)	PESO DA EXECUÇÃO NA RECEITA TOTAL
CAP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3)=[(2)/(1)]*100%	(4)=(3)-71,51%	
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.659.714,00	3.378.653,50	72,51%	1%	22,45%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	106.227,00	65.508,89	61,67%	-10%	0,44%
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	221.785,00	150.628,66	67,92%	-4%	1,00%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.057.950,00	756.764,40	71,53%	0%	5,03%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.016.492,47	6.403.600,13	63,93%	-8%	42,54%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.435.500,00	717.838,81	50,01%	-22%	4,77%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	68.850,00	49.717,51	72,21%	1%	0,33%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	600,00	290,55	48,43%	-23%	0,00%
10	TRANSFERÊNCIAS DECAPITAL	6.826.410,38	1.274.319,97	18,67%	-53%	8,47%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	222.524,60	144.691,32	65,02%	-6%	0,96%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	18.950,00	79.766,26	420,93%	349%	0,53%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	16.000,00	60.825,91	380,16%	309%	0,40%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	1.969.858,41	1.969.858,41	100,00%	28%	13,09%
TOTAL GERAL		26.620.861,86	15.052.464,32	56,54%	-15%	100,00%

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período, uma taxa de execução da receita (56,54%), valor aquém do grau de execução esperado para este período (71,51%), ou seja, apresenta um desvio negativo de 15%.

A receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 15.052.464,32€. É relevante mencionar que a cobrança de impostos diretos, apresenta um desvio positivo de 1% face ao grau de execução esperado para o período. Com desvio positivo bastante relevante surgem também, as outras receitas de capital, que representam as multas contratuais cobradas, e as reposições não abatidas aos pagamentos que refletem as revisões de preços negativas cobradas. Menos positivo é o grau de execução das transferências de capital, que apresentam um desvio negativo de 53%, face ao esperado, mas importa salientar que face à aproximação do fim do quadro comunitário em vigor, o orçamento de 2015 foi efetuado com base nas candidaturas apresentadas em regime de overbooking, o que significa que o investimento realizado só se converte em receita depois de toda a obra estar concluída e paga, o que consequentemente implica algum atraso na execução de receita.

1.2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA POR COMPARAÇÃO COM O PERÍODO HOMÓLOGO

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	RECEITA COBRADA BRUTA (entre 01-01-2014 e 14-09-2014)	RECEITA COBRADA BRUTA (entre 01-01-2015 e 14-09-2015)	VARIAÇÃO	% VARIAÇÃO
01	IMPOSTOS DIRETOS	3.228.806,11	3.378.653,50	149.847,39	4,64%
02	IMPOSTOS INDIRETOS	58.709,09	65.508,89	6.799,80	11,58%
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	127.025,62	150.628,66	23.603,04	18,58%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	6.305,07	756.764,40	750.459,33	11902,47%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.781.925,10	6.403.600,13	-1.378.324,97	-17,71%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	217.914,50	717.838,81	499.924,31	229,41%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	38.173,76	49.717,51	11.543,75	30,24%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	297,20	290,55	-6,65	-2,24%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.270.238,98	1.274.319,97	-995.919,01	-43,87%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	144.691,32	144.691,32	
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	28.318,77	79.766,26	51.447,49	181,67%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	20.171,97	60.825,91	40.653,94	201,54%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	1.381.324,13	1.969.858,41	588.534,28	42,61%
TOTAL		15.159.210,30	15.052.464,32	-106.745,98	-0,70%

Da análise do quadro acima, é possível concluir que, globalmente, o nível de execução da receita, no período em análise, quando comparado com registado no período homólogo, se apresenta em linha com a análise do quadro anterior, sendo que a

variação mais relevante é ao nível das transferências, quer correntes, quer de capital logo, um atraso no financiamento das obras.

Mantém-se a variação na prestação de serviços, rendimentos de propriedade, e das transferências correntes, conseqüente à alteração efetuada em sede de orçamento, no que concerne à classificação da cobrança dos resíduos sólidos e saneamento efetuados pelas Águas do Planalto, bem como, as rendas de concessão referentes a energia, quer elétrica, quer eólica.

2 – DESPESA

2.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2015 a 14-09-2015

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (71,51%)
Despesas Correntes		14.618.154,77	9.242.002,00	63,22%	-8,29%
01	Despesas com Pessoal	4.618.580,00	3.252.223,29	70,42%	-1,09%
02	Aquisição de Bens e Serviços	6.764.782,77	4.048.174,70	59,84%	-11,67%
03	Juros Outros Encargos	29.399,00	5.286,09	17,98%	-53,53%
04	Transferências Correntes	3.054.254,00	1.829.076,56	59,89%	-11,62%
06	Outras Despesas Correntes	151.139,00	107.241,36	70,96%	-0,55%
Despesas de Capital		12.002.707,09	4.421.651,07	36,84%	-34,67%
07	Aquisição de Bens de Capital	9.746.518,09	3.418.332,05	35,07%	-36,44%
08	Transferências de Capital	875.697,00	392.405,34	44,81%	-26,70%
09	Activos Financeiros	144.750,00	72.375,00	-	
10	Passivos Financeiros	1.180.741,00	538.538,68	45,61%	-25,90%
11	Outras Despesas de Capital	55.001,00	0,00	-	
TOTAL		26.620.861,86	13.663.653,07	51,33%	-20,18%

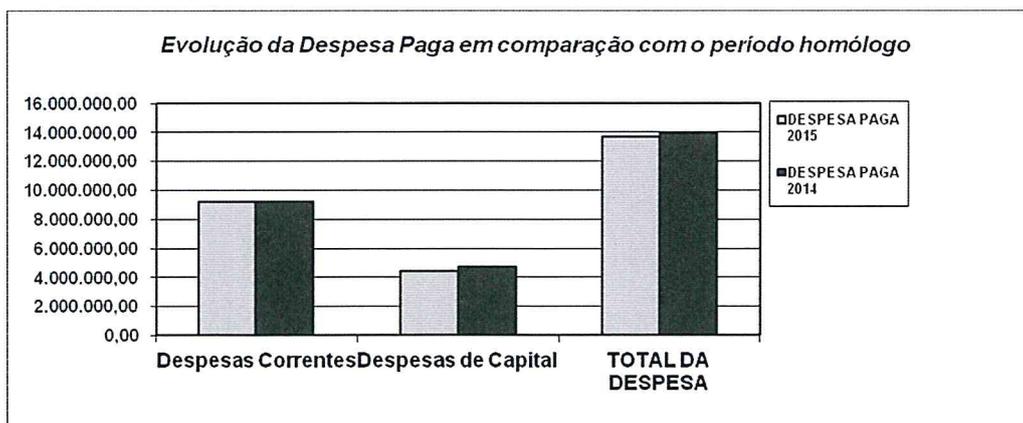
Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período, uma taxa de execução da despesa corrente de (63,22%) valor aquém do grau de execução esperado (71,51%), ou seja, com um desvio negativo de (8,29%). Por outro lado, regista uma taxa de execução da despesa de capital de (36,84%), o que representa um desvio negativo de (34,67%).

Tal como em anos anteriores, é importante referir-se que o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, ainda pode gerar dados

enviados, uma vez que nem todas as despesas ocorrem de forma regular ao longo do ano. De salientar, na aquisição de bens de capital, a inclusão da obra “Requalificação/Ampliação do Estádio João Cardoso” com um valor de 2.000.000€, que ainda não foi consignada.

2.2 – EVOLUÇÃO DA DESPESA POR COMPARAÇÃO COM O PERÍODO HOMÓLOGO

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DESPESA PAGA 2015	DESPESA PAGA 2014	Variação	% Variação
AGRUP.	Despesas Correntes	9.242.002,00	9.226.294,57	15.707,43	0,17%
01	Despesas com Pessoal	3.252.223,29	3.286.327,20	-34.103,91	-1,04%
02	Aquisição de Bens e Serviços	4.048.174,70	3.669.872,13	378.302,57	10,31%
03	Juros Outros Encargos	5.286,09	59.946,43	-54.660,34	-91,18%
04	Transferências Correntes	1.829.076,56	1.955.624,91	-126.548,35	-6,47%
06	Outras Despesas Correntes	107.241,36	254.523,90	-147.282,54	-57,87%
	Despesas de Capital	4.421.651,07	4.724.206,29	-302.555,22	-6,40%
07	Aquisição de Bens de Capital	3.418.332,05	3.387.658,73	30.673,32	0,91%
08	Transferências de Capital	392.405,34	543.608,01	-151.202,67	-27,81%
09	Activos Financeiros	72.375,00	0,00	-	-
10	Passivos Financeiros	538.538,68	768.810,90	-230.272,22	-29,95%
11	Outras Despesas de Capital	0,00	24128,65	-24.128,65	-100,00%
	TOTAL DA DESPESA	13.663.653,07	13.950.500,86	-286.847,79	-2,06%



Da análise do quadro e gráfico acima, podemos verificar que a despesa paga pelo Município, diminuiu ligeiramente, (2,06%) quando comparada com o período homólogo, com uma variação negativa quase inexistente (-0,17%), nas despesas correntes, e (-6,40%) nas despesas de capital.

No que concerne à despesa paga, é ainda de referir que à data de análise, o Município de Tondela, se mantém, a efetuar **pagamentos a fornecedores a 30 dias**.

Devemos também referenciar que os pagamentos em atraso, dívida com mais de 365 dias, 32.849,28 €, se mantém face ao período homólogo do ano anterior, sendo que, importa esclarecer que são situações que estão a ser resolvidas administrativamente, uma vez que na sua quase totalidade se referem a empresas em insolvência.

2.3 – EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
AGRUP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%
Despesas Correntes		14.618.154,77	13.646.998,42	93,36%
01	Despesas com Pessoal	4.618.580,00	4.563.047,23	98,80%
02	Aquisição de Bens e Serviços	6.764.782,77	6.134.154,86	90,68%
03	Juros Outros Encargos	29.399,00	23.339,53	79,39%
04	Transferências Correntes	3.054.254,00	2.786.154,19	91,22%
06	Outras Despesas Correntes	151.139,00	140.302,61	92,83%
Despesas de Capital		12.002.707,09	9.672.435,37	80,59%
07	Aquisição de Bens de Capital	9.746.518,09	7.652.246,82	78,51%
08	Transferências de Capital	875.697,00	725.270,60	82,82%
09	Activos Financeiros	144.750,00	144.750,00	100,00%
10	Passivos Financeiros	1.180.741,00	1.150.167,95	97,41%
11	Outras Despesas de Capital	55.001,00	0,00	-
TOTAL		26.620.861,86	23.319.433,79	87,60%

Através da análise do quadro acima podemos verificar que, já comprometemos (87,60%) da dotação do orçamento do Município, o que representa 23.319.433,79€, em termos absolutos.

2.4 - COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e nº 4.º do artigo 16.º ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo.10.º da Norma de Execução Orçamental dos documentos previsionais de 2015, na reunião do dia 17 de novembro de 2014, uma autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, aprovados na mesma data;

Os novos encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não ultrapasse os três anos;

Ainda nos termos da referida autorização prévia genérica, a Câmara Municipal deverá apresentar à Assembleia Municipal uma listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da mesma.

Assim, apresenta-se no quadro a seguir os compromissos plurianuais, desta natureza, assumidos até à data de reporte do presente relatório, ou seja, 14-09-2015.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS EM 2015 ATÉ 14/09/2015				
<i>(Ao abrigo da autorização prévia concedida em 17/011/2014 pela Assembleia Municipal)</i>				
Entidades	Descrição sumária do compromisso plurianual	2016	2017	2018
Projetos constante nas GOP				
Iten Solutions	Renovação de licenciamento do software existente nos equipamentos informático do Município	12.601,59	12.601,58	-
Sporting Clube de Nandufe	Apoio à época desportiva 2015/2016	3.000,00		
Casa do Povo de Lajeosa do Dão	Apoio à época desportiva 2015/2016	3.000,00		
Clube Atlético de Molelos	Apoio à época desportiva 2015/2016	15.000,00		
Freguesia de Parada de Gonta	Apoio à conservação de vias	5.000,00		

3. Conclusão

Podemos, desta análise concluir que os indicadores da receita e da despesa se encontram em linha de convergência com o esperado, embora com alguns desvios face ao padrão, tendo em conta que, se orçamenta para um ano completo e que os desvios padrão, não consideram os prazos em que as receitas e despesas devem acontecer.



Feriado Municipal

Os feriados municipais destinam-se a proporcionar aos cidadãos residentes no concelho a comemoração de factos históricos ou realidades culturais identitárias do território municipal.

No caso de Tondela, o dia 16 de Setembro foi instituído como Feriado Municipal por ser, à época, um dia de romaria tradicional, em honra de Santa Eufêmia. Acresce ainda o facto de esse mesmo dia ser o dia aniversário da Associação mais prestimosa do concelho, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tondela, que escolheram a data para se apresentarem ao serviço de toda a população, honrando o lema "Vida por Vida".

Há quem defenda, na zona da encosta nascente do Caramulo, que o Feriado Municipal deveria ser no dia da Ascensão, festa com alto significado para todo o Vale de Besteiros e toda a zona serrana do nosso concelho. Com a mobilidade dessa Festa, no calendário e tendo deixado de ser feriado religioso, passou a festejar-se no Domingo seguinte ao dia da Ascensão, perdendo toda a zona serrana o seu Feriado, que, por iniciativa dos empresários e trabalhadores permutavam com o dia 16 de Setembro.

Não importa ao caso, neste momento. Importa, sim, referir que o Feriado Municipal do passado dia 16 de Setembro foi celebrado de forma muito digna e com brilhante dignidade. Felicitamos a Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente pelo programa de celebrações.

Para além dos actos protocolares de hastear de bandeiras nos Paços do Concelho e no Quartel dos Bombeiros Voluntários, seguido de romagem ao cemitério, para honrar os Bombeiros falecidos, ao longo dos 92 anos da sua existência, realçamos a inauguração do edifício de Serviços à Comunidade. Realmente, as Casas Mortuárias, sendo hoje espaços de grande significado para quem tem que enfrentar momentos dolorosos por perda de familiares, não passam disso mesmo. No caso de Tondela, o conceito ganhou uma dimensão inovadora e apareceu como lugar onde poderão ser desenroladas outras iniciativas, aliviando o edifício da carga pesada do luto e do medo da morte, que anda associado, por questões culturais, às Casas Mortuárias.

Para além do mais, o edifício, enquanto antigo e primitivo Quartel dos Bombeiros Voluntários, merecia a exaltação desta dimensão do serviço. Ele aí está, devidamente preservado e valorizado, esperando que a residência paroquial, ali ao lado, edifício construído no estilo Raul Lino, seja também recuperada, para não desfear o conjunto envolvente.

Quero realçar sobretudo a Sessão Solene realizada no Centro das Artes Criativas, estrutura que recuperou o espaço e a memória do velho Cine-Tejá.

Para além de se ter recuperado um equipamento urbano degradado, em pleno coração da cidade, e de lhe dar um destino que honra o seu passado de lugar de

grandes espectáculos teatrais, de récitas e galas de enorme prestígio, que marcaram a vida e a história de pessoas e instituições locais, o Centro de Artes Criativas aparece como um espaço em que a cultura se pode apresentar e afirmar como investimento reprodutivo, contrariando a ideia errada de que ela representa sempre e apenas gasto para benefício de elites.

Ele será um espaço para concepção e produção de “máquinas” e adereços destinados à criação de espectáculos, mostras e exposições do que se faz ou pode fazer, servindo as pessoas, entidades e empresas, mormente aqueles que querem dar espaço e oportunidade à sua capacidade de criadores e empreendedores.

A Sessão Solene, com a presença do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Castro Almeida, foi carregado de significado, no contexto da inauguração daquele espaço. Distinguir com a Medalha de Mérito Municipal um venerável ancião de 100 anos, uma jovem investigadora e uma instituição local dedicada à intervenção sociocultural há mais de quarenta anos permitiu expressar de forma clara e profunda o simbolismo de um Feriado Municipal. Ele existe para puxar pelos valores da identidade cultural, simbolizados no Cón. José Ribeiro, apaixonado pela Serra do Caramulo e pela sua identidade geocultural; ele existe para puxar pela capacidade empreendedora simbolizada na jovem Milene Matos, investigadora na área das ciências da vida, que se quer promovida, preservada e protegida, seja no ser humano, seja nos seres animais, ou no mundo vegetal e mineral, sabendo que a ecologia global é a única forma de preservarmos o planeta Terra, a nossa casa comum, como lhe chama o grande e querido Papa Francisco, na sua Encíclica Laudato Si. Vale a pena lê-la.

A Casa do Povo de Tondela recebeu, com todo o merecimento a Medalha de Mérito Municipal, pois a sua história já longa tem páginas douradas no âmbito da protecção social aos cidadãos rurais, garantindo-lhe o acesso a uma pensão de reforma, quando esse sector era esquecido da nossa governação. Além desse mérito, a Casa do Povo de Tondela escreveu e escreve também páginas douradas no âmbito do associativismo cultural e desportivo, cultivando a música coral e instrumental a um nível muito acima da média das suas congéneres que intervêm nestes sector. Os seus dirigentes do passado e sobretudo os actuais podem orgulhar-se do trabalho realizado e, com ele, despertarem os nossos Autarcas para o justo reconhecimento de quanto foi feito e que o discurso do Secretário de Estado, Castro Almeida, do Presidente da Câmara, José António Jesus e do dinamizador do Projecto do Centro de Artes Criativas, Miguel Torres, bem expressaram.

Termino alargando esta minha forma de expressão de apreço pela celebração do Feriado Municipal a todo o contexto da FICTON, moldura brilhante das festas do Feriado Municipal.

Tondela, 21 de Setembro de 2015

Diz a novos
Cada
S

Faz a dimensão do drama humano do movimento de Refugiados e Imigrantes oriundos de várias regiões do Continente Africano e Médio Oriente a ~~Assembleia~~ Assembleia Municipal

Realça que estes movimentos migratórios e imigrantes são autênticos fugas à pobreza, à guerra e à morte. As centenas de milhares de seres humanos e de famílias inteiras que arriscam a vida pela sua sobrevivência carregam consigo histórias dramáticas de vida. O seu inalienável direito à vida e à dignidade é um princípio basililar consagrado na Carta das Nações Unidas. Deplora a forma como alguns países reage a esta realidade ^{abando} campo ao racismo e à xenofobia

Considera que o Estado Português deve, por razões humanitárias e por obrigação constitucional, tomar as medidas para dar o devido acolhimento a refugiados e imigrantes numa expressão da solidariedade do Estado Português para com os pobres vítimas de apressões. Um acolhimento que permita a integração plena, nos planos social, económico, laboral, dos direitos à Saúde e à educação

Considera que a resposta necessária a esta situação passa obrigatoriamente pelo respeito dos direitos humanos; incluindo sociais, laborais, e do direito dos Povos ao desenvolvimento; Pelo abandono da Política de repressão e de militarização desta questão; Pelo ~~pleno~~ Respeito da soberania e independência dos Estados.

Recomenda à Câmara Municipal que no quadro de um plano da responsabilidade do Estado Central se integre no esforço de integração destas vítimas, honrando as tradições de solidariedade e humanismo do povo do nosso concelho.

①



Sr. Presidente A. P.
 Sr. Presidente C. T. P.
 Sr. Membros desta Assembleia
 Publico poruk
 Comunicaçã social

Temos vindo há já muito tempo a assistir as intervenções do Partido Socialista ~~ou do AIP~~, não se sabe muito qual a linha de atuação, sobre os problemas advindos da, na ^{optica} concessão das águas a empresa Aguas do Planalto pela Ass. Municipio do Planalto Beirão.

Fundamentar essas intervenções ^{também} no elevado preço da água, nos lucros da empresa e no que consideram a os menos próprios de gestão dos responsáveis da AIPRPB. Se no que respeita ao preço da água temos a noção que é um encargo difícil de suportar, nomeadamente pelos mais desfavorecidos e por quem tem rendimentos mais irrisórios. Por isso procurámos nesta assembleia fazer aprovar medidas de apoio a essa faixa da população do nosso concelho (regulamento das taxas e tarifas sociais de apoio).

No que concerne às demais interpretações que o Partido Socialista vem apresentando e relatando a apresentar apo temos de dizer, mais uma vez, que há aqui uma necessidade extrema de clarificação.

As várias ^{solicitações} ~~intervenções~~ que o Partido Socialista ^{vem colocando} ~~tem~~ junto dos órgãos judiciais, sobre este assunto e sobre os procedimentos da AIPRPB tem de ser encaixados nesse âmbito, o judicial, e ~~os estatutos~~ ~~disponíveis~~ para qualquer tipo de pressão ou de ingerência para com os tribunais que pretendamos, usem de ~~nen~~ isenção, igualdade de tratamento mas também de celeridade nas decisões que lhes cabem.

Hoje confrontamo-nos com as diferentes interpretações existentes sobre o que, no entender de cada um, deviam ser as competências das câmaras municipais e as

Regulador (ERSAR) sobre o regulamento de funcionamento
atras aludido.

~~Parece nos que poderíamos ter esse funcionamento~~
~~mais legal~~ já no terreno um instrumento de apoio
aos mais desfavorecidos, mas o PS inviabilizou a
sua aprovação.

Coloco aqui agora uma questão que considera
nos pertinente:

Tanta acusação, (até contra os tribunais) tanto
comunicado, tanta interpretação partidária e
do movimento,

se a ~~uma~~ ^{visse} interpretação dos factos e' tão
segura e fundamentada já esperávamos um
providência cautelar!!! sobre o que vêm questionando

Nós, PSD, apenas queremos frisar mais uma
vez, que queremos promover ~~solu~~ e contínuar
fazer as soluções que permitam uma baixa do
preço da água servida aos nossos munícipes, mas

~~com~~ com a base em deliberações e
decisões ~~solidas~~ judicialmente sólidas que nos permitam
enfim questionar o processo

~~Não foi promovidas nunca tratadas~~
~~de um problema~~

E é por isso que aqui vimos propor
hoje a esta assembleia a aprovação de
uma recomendação (ou solicitação) aos competentes
órgãos judiciais ^{TRE} que têm o poder de julgar estes
casos para que, ~~desprovido~~

de todo de qualquer sentido de ingerência
ou pressão, mas na procura de definição
de uma interpretação única e legal,
esses órgãos ~~possam~~ decidam, com ~~uma~~

toda a celeridade possível, sobre a matéria
em causa. Pensamos que, mais uma vez o devemos fazer.

Isto no sentido de, uma vez por todas podermos
assentar ideias e partir para soluções